

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAGED
CURSO DE JORNALISMO

ANA LUIZA PEREIRA COSTA

**A REPRESENTAÇÃO DOS MORADORES DAS PERIFERIAS PELO JORNALISMO
PERIFÉRICO: ANÁLISE CULTURAL DAS PUBLICAÇÕES DA AGÊNCIA MURAL
NO CONTEXTO DA FOLHA DE S.PAULO**

UBERLÂNDIA

2021

ANA LUIZA PEREIRA COSTA

**A REPRESENTAÇÃO DOS MORADORES DAS PERIFERIAS PELO JORNALISMO
PERIFÉRICO: ANÁLISE CULTURAL DAS PUBLICAÇÕES DA AGÊNCIA MURAL
NO CONTEXTO DA FOLHA DE S.PAULO**

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientação: Prof. Dr. Gerson de Sousa

UBERLÂNDIA

2021

**A REPRESENTAÇÃO DOS MORADORES DAS PERIFERIAS PELO JORNALISMO
PERIFÉRICO: ANÁLISE CULTURAL DAS PUBLICAÇÕES DA AGÊNCIA MURAL
NO CONTEXTO DA FOLHA DE S.PAULO**

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientação: Prof. Dr. Gerson de Sousa

Uberlândia, 29 de outubro de 2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gerson de Sousa, FAGED/UFU

Orientador

Prof. Dr. João Carlos de Oliveira, ESTES/UFU

Examinador

Prof. Dr. Nuno Manna Nunes Côrtes Ribeiro, FAGED/UFU

Examinador

*À minha avó, a quem a educação nunca foi uma
possibilidade, seu sonho de que essa fosse uma
oportunidade para as próximas gerações da família me
incentivou até aqui.*

AGRADECIMENTOS

Foi impossível, durante o processo desta pesquisa, não relembrar e sentir o peso de toda minha trajetória na universidade. Lembro da sensação de completa inadequação logo na primeira semana em sala de aula. Um desconforto desesperador! Me senti deslocada, perdida, não pertencente àquele espaço, às discussões, à universidade.

Aos poucos ocupei meu lugar. Afirmei minha presença. Nessa jornada, hoje entendo o quanto foi fundamental construir laços com outros alunos que também vivenciam as dores e a potência de ser preto, pobre e periférico ocupando esses espaços. Sou profundamente grata, especialmente, ao PET Conexão de Saberes - Educomunicação, meu lugar de refúgio e abrigo durante dois anos. Cada troca e conversa na salinha apertada do 5O foram fundamentais para que eu criasse consciência sobre mim. Do meu lugar no mundo. Não tenho dúvidas que foi meu principal espaço de formação. Não poderia deixar de mencionar o carinho e gratidão à Prof.^a Diva Silva, pelo empenho e apoio aos petianos e por todos os projetos que construímos juntos.

Agradeço cada troca que tive enquanto vivi na Moradia Estudantil da UFU — será para sempre meu lar favorito! Poder rir em momentos de tensão nas salas de estudos, compartilhar os “perrengues”, as dificuldades, os almoços de domingo e a mesa no café da manhã do RU, tornou essa caminhada mais leve. Sou imensamente grata e saudosa por cada amizade que esse lugar me trouxe. Em especial à Yasmine Landi, minha colega de quarto e amiga que fiz para vida toda.

Sem o apoio da minha família nada disso seria possível. Em especial, serei eternamente grata a minha tia, que me deu todo o suporte desde a minha chegada em Uberlândia. Por ser a maior incentivadora do meu sonho de estudar na UFU e por acreditar tanto em mim.

À minha mãe, por ter batalhado e trabalhado duro todos esses anos para que eu tivesse a oportunidade de sonhar e chegar até aqui.

Ao meu pai, por ser o primeiro leitor e editor dos meus textos. Por incentivar meu amor à literatura e às palavras.

Aos meus irmãos, que mesmo sem saberem, são as razões pela qual eu busco escancarar todas as “portas”. Sigo firme para que eles também possam se ver ocupando espaços, se permitindo sonhar com o que quiserem ser.

Minha profunda gratidão à mulher que mais me inspira na vida: minha avó. Por ter me ensinado desde cedo o valor da educação e como essa é a nossa única ‘ponte’, nosso instrumento para um futuro melhor, um futuro mais a “nossa cara”.

Às amigadas que o curso de jornalismo me proporcionou: Maria Carolina, Maria Júlia, Rosângela, Jhyenne e Elaíny, agradeço pelas risadas, pela parceria e todo suporte durante essa caminhada.

Pela empreitada nesta pesquisa, agradeço ao Prof. Gerson de Sousa, que se incumbiu do difícil papel de me tirar da relação visceral com o tema e me conduziu com paciência e maestria ao caminho dos interesses da pesquisa. Foi um imenso privilégio poder ser orientada e aprender tanto com alguém que sempre cultivei uma profunda admiração.

Em um momento que caminhamos passos largos ao retrocesso de tudo que conquistamos enquanto sociedade por meio das políticas públicas e sociais de acesso à educação, me sinto no dever de evidenciar que a minha trajetória acadêmica e esta contribuição científica só foram possíveis porque eu pude usufruir do meu direito às ações afirmativas e políticas públicas de assistência estudantil.

A palavra abre portas, 'cê tem noção?'
É por isso que educação, você sabe, é a palavra-chave
É como um homem nu todo vestido por dentro
É como um soldado da paz armado de pensamentos,
É como uma saída, um portal, um instrumento.

Emicida (2013).

É como se eu contasse a minha história, falasse sobre mim a partir da história dessas pessoas. Eu vi Paraisópolis crescer, vi suas ruas ganharem asfalto, vivi o cotidiano desses bicos.

Vagner de Alencar (2013).

COSTA, Ana Luiza Pereira. **A representação dos moradores da periferia pelo jornalismo periférico**: análise cultural das publicações da agência mural no contexto da Folha de S.Paulo. 2021. 54 f. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Jornalismo) – Universidade Federal de Uberlândia, 2021.

RESUMO:

Esta pesquisa tem por objetivo analisar como os moradores das periferias são representados na Agência Mural, a partir de análises do blog Mural, no site da Folha de S. Paulo. A abordagem dos Estudos Culturais utilizada possibilita discutir como o jornalismo periférico constrói sentidos sobre as identidades sociais das periferias: a partir de si, do outro, das relações que estabelecem com a cidade e com o exercício do jornalismo. O corpus selecionado são textos que compreendem o período entre 2012 e 2020, que carregam discussões intrínsecas às questões estruturais e colocam a cidade de São Paulo em uma dimensão histórica: entre passado, presente e futuro. Em busca de compreender a construção de sentidos sobre os sujeitos valorizando o contexto histórico e cultural, dentro da abordagem dos Estudos Culturais, foi utilizado a Análise Cultural. A investigação dos textos jornalísticos revela o conflito identitário inerente nas relações entre 'centro' e 'periferias'. Concluímos que compreender e apreender essas questões estruturais que atravessam as identidades sociais, não somente é o que permite considerar uma representação próxima às identidades pela Mural, como é o caminho para refletir a potência de "Periférico" como adjetivo para caracterizar esse Jornalismo Alternativo nas bordas urbanas.

Palavras-chave: representação; identidade; território; jornalismo periférico; estudos culturais.

ABSTRACT

COSTA, Ana Luiza Pereira. **Peripheral journalism's representation of residents of the periphery**: cultural analysis of the mural agency's publications in the context of the Folha de S.Paulo leaflet. 2021. 54 f. Course completion work (undergraduate in Journalism) – Federal University of Uberlândia, 2021.

This research aims to analyze how the residents of the suburbs are represented in the Mural Agency, based on analyzes of the Mural blog, on the Folha de S.Paulo website. The Cultural Studies approach used makes it possible to discuss how peripheral journalism builds meanings about the social identities of the peripheries: from itself, from the other, from the relationships they establish with the city and with the exercise of journalism. The selected corpus are texts covering the period between 2012 and 2020, which carry discussions intrinsic to structural issues and place the city of São Paulo in a historical dimension: between past, present and future. In order to understand the construction of meanings about the subjects, valuing the historical and cultural context, within the Cultural Studies approach, Cultural Analysis was used. The investigation of journalistic texts reveals the identity conflict inherent in the relations between 'center' and 'periphery'. We conclude that understanding and apprehending these structural issues that cut across social identities is not only what allows us to consider a representation close to identities by the Mural, but also the way to reflect the potency of "Peripheral" as an adjective to characterize this Alternative Journalism of the borders of the city.

Keywords: representation; identity; territory; peripheral journalism; cultural studies.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CAPÍTULO CONCEITUAL	15
2.1 Identidades em conflito: o cerne para compreensão dos lugares dos sujeitos na cidade	15
2.2 Representação	18
2.3 “Cidadão?”: o espaço dos periféricos na cidade	20
2.4 Refletindo sobre Jornalismo Periférico	23
3 CONFLITOS IDENTITÁRIOS: A VIOLÊNCIA POLICIAL NAS PERIFERIAS EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA	27
4 SUJEITOS À MARGEM DO ACESSO: O PAPEL SOCIAL DA DISTÂNCIA ENTRE ‘CENTRO’ E ‘PERIFERIAS’	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

Entre os becos e as vielas de Paraisópolis, os moradores vão tecendo suas histórias, ora em busca de comprovar sua residência, ora dizendo que é possível, sim, sair e entrar desses pequenos labirintos sem uma Ariadne (deusa da mitologia grega) que os conduza (ALENCAR, 2013, p.86).

Acima do tráfico de drogas e da violência, Paraisópolis tem vida. Se alguns becos e vielas são esconderijo do tráfico, a maioria deles une as pessoas que, com suas vozes e histórias, usam essas ruelas e esquinas para costurar o dia a dia na imensa favela localizada no coração do bairro chique do Morumbi. (ALENCAR, 2013, p.86).

A maioria das produções jornalísticas expõe uma fragilidade ao contemplar a pluralidade de experiências que permeiam as periferias. Exibem apenas mais holofotes para a violência, e o que se vê na mídia é uma ausência das vozes e visões das pessoas. Como se esses territórios fossem vazios de vida, de histórias. Muitos jornalistas, encravados nos considerados ‘centros estruturados’, não conseguem ou não compreendem como cruzar a ponte. Rasgar o que se apresenta como um ‘véu’ invisível, para contemplar as histórias reais do cotidiano nos extremos da cidade.

Como consequência, há uma perpetuação de um discurso midiático, predominantemente, sobre os pobres, seus crimes e seus locais de moradia. Criam interpretações que ligam essas comunidades e os sujeitos ao locus que representa a criminalidade e a violência: a materialização dos riscos nas grandes cidades.

Como provocado pelo trecho que abre este estudo, nas ruas, vielas e becos habitam uma pluralidade de experiências e histórias de vidas — obviamente — distintas, que costumam o dia a dia nas periferias. Por outro lado, ser morador de periferia é marcado por uma experiência comum ‘de ser’ e de ‘estar’ na cidade, como cidadãos que estão fora da rota central dos espaços urbanos.

São Paulo-SP, a grande metrópole nacional, é um exemplo de como a distância entre centro e periferias são alargadas — para além dos quilômetros que os separam. Ao olhar para a história da metrópole, desde o processo de transformação industrial e urbana, entende-se que a distribuição das camadas sociais envolve segregação social e racial, que não ocorreram por acaso. A cidade adotou uma política de exclusão e de expulsão dos considerados “indesejados”, como no caso dos negros, que eram empurrados cada vez mais para fora da cidade à medida que os espaços ganhavam status e locus de poder (SILVA, 2006). A história expõe o quanto o abismo entre o centro e as periferias, na maior metrópole do Brasil, tem raízes conflituosas.

Longe de estar superada, a desigualdade racial e social ainda assola a realidade presente nesses territórios. A população negra ainda se concentra nas periferias da cidade, em territórios com poucas oportunidades de emprego. Em locais como Parelheiros, a população negra chega a 57,1%, enquanto em zonas centrais como Pinheiros é de apenas 7,3%. De acordo com o relatório da Secretaria Municipal de Promoção de Igualdade Racial, publicado no São Paulo Diverso- Fórum de Desenvolvimento Econômico Inclusivo (CARVANO *et al*, 2017), quanto maior é a porcentagem de negros, menor é a renda média domiciliar da subprefeitura. Segundo Ministério do Trabalho e Emprego, as subprefeituras da Sé (18.3%), Vila Mariana (13.6%) e Pinheiros (10%) concentravam na área central aproximadamente 42% dos empregos formais da cidade de São Paulo em 2013. Por estarem mais concentradas nas regiões periféricas, a população negra encontra-se distante dessas oportunidades (CARVANO *et al*, 2017).

Nas periferias de São Paulo a morte chega mais cedo. Segundo o Mapa de Desigualdade (2020), o fim do tempo de vida da população periférica chega 23 anos mais cedo do que nos bairros ricos. Esses dados apontam a desigualdade entre negros e brancos: os quatro distritos com a menor idade média ao morrer, são também aqueles que possuem a maior quantidade de moradores negros; Jardim Ângela (58,3 anos), Cidade Tiradentes (58,5 anos), Iguatemi (59,1 anos) e Grajaú (59,5 anos). Em contrapartida, nas regiões com a maior idade média ao morrer, o percentual de população negra é menor que 9% (GUIMARÃES, 2020).

Menos interessados em como os sujeitos e os atravessamentos nos territórios são percebidos pela ótica do ‘centro’¹— dentro do circuito *mainstream*²— o caminho investigativo desta pesquisa segue para os extremos da cidade, a fim de compreender a comunicação que já nasce nas bordas dos espaços urbanos: **o jornalismo periférico**. Uma prática jornalística caracterizada pela ênfase dada ao CEP da notícia.

Uma vez que grande parte dos veículos de comunicação tradicionais priorizam as narrativas e opiniões dos grupos dominantes, a perspectiva periférica almeja criar uma outra esfera pública de visibilidade para as narrativas desses territórios. Narrativas que contemplam perspectivas específicas, intrínseca à relação com o lugar de pertencimento dos sujeitos representados e dos produtores da notícia (ROVIDA, 2020).

“Por que os veículos de comunicação só retratam o lado estereotipado dessas comunidades?” “E o que a gente pode fazer para mudar isso?” Foram as questões que instigaram

¹ Termo dirigido às perspectivas das produções jornalísticas tradicionais, *mainstream* ou corporativas. Grupos que colocam em primeiro plano a experiência dos sujeitos que vivem nos centros estruturados das cidades.

² Aquilo que se considera habitual ou normal porque é feito ou aceito pela maioria (DICIO, 2020).

20 estudantes de jornalismo, moradores das periferias de São Paulo, a criarem, em 2010, uma proposta de jornalismo feita pelas periferias de São Paulo: nascia a “**Mural**”, que viria a ser mais tarde a ‘Agência Mural de Jornalismo das Periferias’. Com objetivo de cobrir os bairros mais periféricos da metrópole, por uma “visão de dentro”.

Logo de início, o blog foi hospedado no site da Folha de S.Paulo³, onde ainda se mantém. Com o tempo, assumiu um lugar de destaque na *Rede Jornalistas das Periferias*,⁴ pelo seu potencial de cobertura geográfica da região metropolitana da Grande São Paulo — são mais de 100 “correspondentes” — ou como se referem aos jornalistas e comunicadores: muralistas.

O maior incentivo desta monografia é analisar qual a representação dos moradores das periferias no jornalismo periférico produzido pela “Agência Mural” dentro do contexto da Folha de S.Paulo. Considerando que as produções de sentidos, neste contexto, são articuladas sobre uma conjuntura, na qual, tanto os jornalistas quanto as fontes são sujeitos historicizados e que compartilham uma identidade social relacionada ao território; um dos aspectos mais pertinentes ao focar os estudos no blog da Mural, é que não se trata apenas de compreender pura e simplesmente a construção de sentido no jornalismo periférico. Este caminho proposto direciona a um contexto no qual a prática nasce nas bordas da cidade, e atravessa a ponte para o centro, ao se vincular às redações do jornalismo tradicional.

A Análise Cultural, abordagem metodológica que orienta esta pesquisa, implica elevar o objeto de estudo a reflexões com ênfase nos aspectos da cultura que se referem às práticas sociais (COIRO MORAES, 2015). Durante a trajetória de investigação, as produções do jornalismo periférico foram analisadas de forma atual, com ciência do tempo em que foram produzidas e do contexto no qual os sentidos estão estruturados. Sobretudo, com um olhar centrado na valorização dos sujeitos e ancorados nas conceituações de Stuart Hall (2016), pelas quais as identidades são formadas por meio da interação entre o indivíduo e a sociedade.

Para conseguir analisar as representações dos moradores das periferias pela “Mural”, alguns questionamentos foram viscerais durante todo o percurso: quais elementos da prática jornalística estão presentes no jornalismo periférico? A “Agência Mural” produz jornalismo periférico? Essa perspectiva de jornalismo consegue, de fato, construir representações que dão conta da complexidade das identidades periféricas? Uma vez vinculada à Folha de S.Paulo, é possível exercer o jornalismo periférico?

³ A Mural trata-se de um blog disponível para leitura gratuita no site da Folha de S.Paulo.

⁴ Grupo criado em 2017 de produtores de comunicação das periferias da Região Metropolitana de São Paulo-SP (ROVIDA, 2020).

Para chegar às respostas, consideramos o que Stuart Hall define como ‘sentido preferencial’. Entendendo que os domínios dos "sentidos preferenciais" trazem embutido toda a ordem social enquanto conjunto de significados, práticas e crenças, o entendimento sobre as estruturas sociais e o modo como as coisas funcionam para os propósitos da cultura (HALL, 2016). As obras específicas, como também coloca Raymond Williams (2011), podem no processo de análise mostrar semelhanças que nos permite entendê-las em modos coletivos. Possíveis de identificar seja por convenções literárias, seja relações sociais que foram alienadas em seus componentes, quer seja por planos de fundo. Nesse percurso, no intuito de compreender como os processos históricos são influentes na produção de sentido na “Agência Mural”, é essencial conduzir as discussões de cada capítulo de análise pelos conceitos de Identidade, Representação, Território e Jornalismo Periférico.

Em termos da estruturação das etapas da pesquisa, cientes da amplitude de produções da “Mural”, foram delimitados, inicialmente, duas publicações de períodos distintos, com intuito de buscar extrair um padrão que caracterize as abordagens e temas preferidos pela “Mural”. Cientes que uma análise precisa levar em conta as mudanças na produção de sentidos em diferentes momentos históricos, realizou-se um levantamento quantitativo das publicações do primeiro trimestre de 2012 — dado que esse é o recorte de tempo das primeiras matérias que se pode ter acesso no site. Respectivamente, elaborou-se um apanhado dos acervos do terceiro quadrimestre de 2020. O total de publicações elencadas nesse primeiro recorte temporal foram: 37 em 2012 e 16 publicações no último quadrimestre do ano de 2020.

Visto que se tornaria inviável analisar todas essas publicações, mais delimitações foram necessárias. A fim de pautar as escolhas em temas cruciais para uma compreensão das periferias, as reflexões de Milton Santos (2002) sobre “Territórios”, foram essenciais ao considerar a relevância das temáticas “política” e “econômica”. Imerso nas contribuições de Mara Rovida (2020), que evidencia a influência da efervescência da cena cultural em um processo de resignificação das periferias, considerou-se a importância de uma análise que contemplasse a temática cultural.

A pesquisa reflete sobre um campo ainda em questionamento, que surge de uma relação visceral com as práticas sociais: sobre os sujeitos, suas identidades, a relação histórica com os territórios e a influência do exercício do jornalismo. O capítulo conceitual, que abre este estudo, é a base para as discussões desenvolvidas nos capítulos seguintes de análises. É nele que é possível imergir na complexidade dos conceitos, para entender o papel de cada um ao pensar e discorrer sobre o tema. No segundo capítulo, “Conflitos Indenitários: a violência policial em uma perspectiva histórica”, a matéria “Peça debate violência nas periferias” conduz a análise.

Nessa discussão, percebe-se a intencionalidade do jornalismo em discutir como a violência policial expõe conflitos em uma dimensão histórica, que diz sobre o ‘exercício’ da opressão do Estado nos territórios periféricos.

O último capítulo de análise, “Sujeitos à Margem do Acesso: o papel social da distância entre “centro” e “periferias”, se atem a matéria “Processo seletivo apenas com negros podem ajudar a reverter desigualdade”. Onde o jornalismo pretende tecer sentidos sobre as dificuldades de acesso dos moradores das periferias – sobretudo, os pretos e pardos – a determinadas posições sociais. Por fim, as “Considerações Finais” marcam não somente o espaço de reflexão acerca de todas as análises, como o diálogo com os sentidos preferenciais das produções da “Mural” na Folha de S.Paulo. Na parte em que se encerra a pesquisa, buscou-se responder os principais questionamentos levantados ao longo do processo investigativo.

2 CAPÍTULO CONCEITUAL

2.1 Identidades em conflito: o cerne para compreensão dos lugares dos sujeitos na cidade

Colocar os “periféricos” como ponto de partida para discutirmos os dilemas desta pesquisa é questionar, de antemão, que a centralidade da discussão não está na localização geográfica. Partimos do embate que todas as ações e conflitos que se estabelecem nesses territórios esbarram, a princípio, no processo e interesse que marcam a construção dos sujeitos que estão na periferia. Talvez esse seja um dos principais emblemas que conduz todo trabalho: o que está em jogo nesse conflito territorial é antes de tudo uma questão de identidade?

Como articula Silva (2014) em “Identidade e Diferença”, por uma perspectiva dos estudos culturais, consideramos que essas estão diretamente relacionadas com jogos de atribuição de sentido do mundo social e estritamente ligadas às disputas de poder. Para tanto, iniciamos as discussões conceituais a partir do entendimento do processo de identidade e diferença.

A construção da identidade é tanto simbólica quanto discursiva, vinculada às condições sociais e materiais. Nessa direção, ainda amparados na obra do autor supracitado, identidade e diferença são resultados de atos de criação linguística — o que implica garantir não se tratar de resultados de processos naturais. São produzidos pelas dinâmicas sociais e culturais, logo, sujeitas a determinadas propriedades que caracterizam a linguagem em geral.

Apoiado no princípio de linguística por Saussure, o autor explica que a linguagem também é fundamentada em um sistema de diferença. Os signos que constituem uma linguagem não fazem sentido se considerados isoladamente, portanto, só adquirem valor estando em uma cadeia infinita de outras marcas gráficas ou fonéticas que são diferentes dele.

Embasado também na questão da presença e da diferença em Derrida, o autor esclarece que nenhum signo pode ser reduzido a si mesmo — sempre carrega um traço daquilo que não possui — o que denomina como traço da outralidade.

O autor sugere que “As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença” (SILVA, 2014, p. 40), que ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto mediante formas de exclusão social.

Nas relações sociais, essas formas de diferença — a simbólica e a social — são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de sistemas classificatórios. Um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividir-la (e a todas as suas características) em ao menos dois grupos opostos — nós/eles (por exemplo, sérvios e croatas) eu/outro (SILVA, 2014, p. 40).

Em uma análise mais prática, os dois termos de uma oposição binária é uma marca da presença de poder. Seja para incluir/excluir; demarcar fronteiras; classificar etc. Essa classificação, se estrutura em torno da lógica pela qual um dos termos tende a sempre ser privilegiado em relação ao outro que recebe carga negativa. São, justamente, por meio desses sistemas simbólicos que se constroem formas e materialidades em que determinados grupos são excluídos e estigmatizados.

São essas fronteiras que nos ajudam a compreender as noções de identidades construídas a partir de conflitos de determinada cultura e período. Dentro de uma dinâmica social, essa disputa por identidade vislumbra uma disputa mais ampla, que envolve acesso privilegiado a outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. “Dividir e classificar significa, neste caso, também hierarquizar. Deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados” (SILVA, 2014, p. 82).

Na obra “Cultura e Representação”, Stuart Hall (2016), contribui nesse sentido ao delimitar que a marcação da diferença pode ser tanto positiva quanto negativa. Uma vez que também é fundamental para a produção de significados, formação da língua e da cultura.

A dinâmica na construção da identidade não tem a ver com uma luta meramente, está mais ligada a um processo de “recrutamento de sujeitos” em favor da própria expressão da identidade. Que pode ser analisada tanto por uma perspectiva essencialista, onde ocorre um apelo às identidades hegemônicas — o consumidor soberano, o cidadão patriótico; quanto pela resistência dos “novos movimentos sociais”, que buscam colocar em jogo as identidades que não são reconhecidas, que estão “de fora da história”. O grande desafio é que este último olhar, ainda se depara com algumas barreiras impostas pelos posicionamentos essencialistas (ROWBOTHAM, 1973).

Existe uma visão essencialista que reconhece a identidade como “natural” — algo regido por uma lógica de ordem biológica. Esse posicionamento sugere a universalização dos sujeitos. Avesso à visão, há um movimento que historicizam a experiência dos grupos marginalizados, enfatizando as diferenças entre eles.

O “reducionismo de classe”, também se configura como um problema. Como Silva

(2014) coloca, há uma ênfase na determinação dos fatores econômicos e materiais nas posições sociais. Os “novos movimentos”, por sua vez, em respeito ao pluralismo das identidades, buscam se contrapor, ao reforçar a necessidade de um reconhecimento dos diversos atravessamentos sociais e políticos que incidem sobre as identidades.

O reconhecimento da complexidade das divisões sociais pela política de identidade, na qual a “raça”, a etnia e o gênero são centrais, tem chamado a atenção para outras divisões sociais, sugerindo que não é mais suficiente argumentar que as identidades podem ser deduzidas da posição de classe (especialmente quando essa própria posição de classe está mudando [...]) (SILVA, 2014, p. 37).

Caminhando para uma discussão mais concreta ao eixo desta pesquisa, entendemos que reconhecer a identidade nas periferias é considerar a diversidade de valores que configuram tensões e situações nesses territórios. Portanto, é necessário dialogar com o conceito de “sujeito” para uma leitura do contexto cultural específico. Percebendo como a marcação da diferença é crucial e central para entendimento dos significados produzidos pelos sistemas classificatórios.

Dentro desse campo de discussão, quando tratamos de veículos do circuito *mainstream*, a visão de “Centro” sobre as periferias parece ser mais clara. Os interesses e disputas que se estabelecem nessa relação já são há tempos conhecidos.

Por outro lado, quando se trata da produção periférica, refletir sobre os contornos simbólicos e discursivos, ainda, é uma questão a ser respondida e que esbarra diretamente aos interesses desta pesquisa. Até porque — como enfatizado — esse campo vislumbra uma disputa no campo da identidade. Assim, como os dilemas que envolvem o jornalismo periférico podem ser compreendidos a partir dessa discussão? Aliás, estaria essa prática em respeito à pluralidade desses territórios e considerando toda dimensão de valores socioculturais que constituem esses sujeitos? É a partir dessas indagações que articulamos parte do diálogo da pesquisa — e propriamente a análise — no campo dos conceitos de Identidade e Diferença. A linha de pensamento que envolve questionar como o jornalismo periférico compreende a Identidade dos moradores da periferia e cria sentido sobre ela, será conceituada no tópico a seguir.

2.2 Representação

Eu tenho perguntas dentro de mim que me seguem como sombra, eu vou abri-la com você, se puder me responda.
 Por que o rico pode e a gente não pode?
 Porque nós usamos Xperia enquanto eles usam Ipod
 ou porque ele usa cinquenta ternos diferentes
 e eu estou sempre com o mesmo short?
 Por que o rico é informante e o pobre é X9?
 Por que o rico é portador de arma e o pobre é marginal com revólver?
 Por que o rico recebe carinho e o pobre recebe sacode? (WJ, 2017 apud SLAM, 2017).

Esta pesquisa nasce de um posicionamento extremamente crítico às produções de sentidos construídas no âmbito da mídia *mainstream*. Pelo entendimento que há em tais veículos uma dificuldade notável em contemplar a pluralidade de experiências que permeiam os espaços não centrais das cidades, conforme Rovida (2020) evidencia durante a pesquisa de campo com jornalistas das periferias.

Não à toa, um dos principais objetivos é, justamente, compreender melhor o que está em jogo quando se trata das produções de sentido em voga nas bordas da cidade. Busca-se aqui, neste tópico, portanto, questionar o que o jornalismo periférico apresenta enquanto representação. Que aproximação existe entre essas representações e as questões de conflitos e valores próximas às vivências das periferias?

Stuart Hall, em sua obra “Cultura e Representação” (2016), dentro de uma abordagem construtivista, entende que as coisas não apresentam sentidos nelas mesmas. Somos nós — compartilhando acesso comum à linguagem — que criamos sentido por meio da representação. Por esse motivo, o autor evoca o conceito de representação como “fundamental para os sentidos e para a cultura e vem sendo invariavelmente considerada o repositório-chave de valores e significados culturais” (HALL, 2016, p.17).

Em linhas mais conceituais, o autor define que a representação “Trata-se do processo pelo qual membros de uma cultura usam a linguagem (amplamente definida como qualquer sistema que emprega signos, qualquer sistema significante) para produzir sentido” (HALL, 2016, p.108). Considerando que esses signos indicam ou representam os conceitos que carregamos em nossa mente, de modo a construir os sistemas de significados da nossa cultura.

Sustentando essa teoria crítica, as considerações sobre o sistema de representação em Silva (2014), infere que “A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem

possíveis respostas às questões: Quem sou? O que poderia ser? Quem quero ser?” (SILVA, 2014, p. 18). Como coloca o próprio autor, é por meio da representação que a identidade e a diferença ganham sentido e se estabelecem no espectro social de disputa de poder.

A representação não é simplesmente um meio transparente de expressão de algum suposto referente. Em vez disso, a representação é, como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido. Como tal, a representação é um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado à relação de poder (SILVA, 2014, p. 91).

Em uma relação prática, podemos dizer que os sistemas simbólicos são responsáveis por dar sentido à experiência das divisões e desigualdades sociais e aos meios pelos quais alguns grupos são excluídos e estigmatizados. É nesse sentido que representar significa determinar tais identidades.

Como um dos elementos-chaves do exercício de poder e, mais especificamente, a violência simbólica da representação, Stuart Hall (2016), cita a estereotipagem como “[...] prática de reduzir as culturas do povo à natureza ou naturalizar a “diferença” (HALL, 2016, p. 171). Na estratégia de estereotipagem, tudo o que o sujeito é — a partir da sua potencialidade e pluralidade — é reduzido a algumas características simples e essenciais, que são dadas como fixas.

O maior problema é que a estereotipagem ‘reduz’. Além de ser usada como estratégia hegemônica de ‘cisão’, onde se divide o que é normal e aceitável, para então excluir ou expelir o que não se encaixa. O que o autor denomina como “expulsão ritualizada”.

Na visão do autor, para transformar um estereótipo não precisa necessariamente revertê-lo ou subvertê-lo. A mudança pode ser um progresso em relação à lista de extremos estereótipos. É nesse sentido que ele abre a discussão para a possibilidade de se pensar em estratégias para subverter os regimes dominantes de representação.

A transcodificação é o caminho discutido por ele como estratégia de colagem de um novo significado, a partir de três práticas: inversão dos estereótipos; substituição de imagens negativas por várias imagens positivas e uma terceira via que se preocupa com a forma de representação dos sujeitos.

Diante todos estes conceitos levantados, entendemos que problematizar a dinâmica de produção de sentido dentro de um contexto social desigual e regido por lógicas hegemônicas de poder é, justamente, questionar essa influência que os sistemas de representação exercem ao construir lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e até mesmo falar.

Para compreender como essa dinâmica se dá em uma proposta de jornalismo periférico, de modo a analisar se a representação do veículo está em conformidade ou disparidade com a identidade dos sujeitos, alguns questionamentos se mostram fundamentais e potentes para a escala investigativa. Entendemos que, uma representação que se diz próxima à identidade dos moradores das periferias deve reconhecer a diversidade de valores que configuram tensões e situações nesses espaços.

Nesse sentido, quais significados a proposta analisada tem privilegiado? A partir de quais valores os periféricos estão sendo representados por essa proposta jornalística? Será possível inferir que tais representações têm dado espaço para que esses sujeitos falem, de fato, a respeito de si e a partir de um lugar legítimo?

Em paralelo, é válido destacar que há um contexto específico de jornalismo periférico sendo analisado. As produções da “Agência Mural”, mesmo sob a lógica de jornalismo periférico, são encadernadas em um blog dentro do site da Folha de S.Paulo. Isso nos conduz, inevitavelmente, a questionar se a proposta e a visão do jornalismo periférico estão em consonância com os valores e visão que operam no veículo *mainstream*. Quais são os efeitos que as produções de sentido assumem nesse contexto?

Esses elementos da representação, bem como os emblemas e questionamentos que envolvem especificamente pensar na produção de sentido no jornalismo periférico conduzirão as análises nos capítulos seguintes.

2.3 “Cidadão?”: o espaço dos periféricos na cidade

Esta pesquisa se insere em um campo ainda em status de interrogação quando se trata da busca conceitual da prática de jornalismo periférico. O ponto de partida, portanto, se concentra no questionamento que acompanha a noção de “periferia”, que precede o substantivo “jornalismo”. Colocamos em uma perspectiva de questionamento, se a lógica simbólica envolta do conceito de periferia pode se configurar como elemento que caracteriza essa prática jornalística.

Como discutido na pesquisa de campo de Mara Rovida (2020), há um conceito em efervescência de (re)significação das periferias pelos próprios periféricos, que parecem movimentar simbolicamente uma nova forma de representar e auto representar sujeitos e territórios. Uma das razões pela qual julgamos que a compreensão sobre território deve preceder e construir a investigação acerca da prática de jornalismo periférico.

Ultrapassando a noção geográfica, repousamos a discussão em uma problemática política e social muito mais ampla e complexa, que vislumbra discutir as relações entre periferias, sujeitos periféricos e a cidade.

Como ponto de partida, para compreender a profundidade que se estabelece na relação entre sujeito e território, as definições de Milton Santos (2002), na obra “O Espaço do Cidadão”, sustentam a teoria de vinculação do sujeito e espaço como geradora de uma identidade social que, por sua vez, também determina como os sujeitos sociais participarão da vida na sociedade.

Refletir sobre território no mundo globalizado é refletir sobre cidadania. A relação entre sujeito e território não é esvaída de sentidos, tão pouco se limita à relação de localidade. Mesmo partindo de pontos iguais, pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação e até a mesma renda têm oportunidades diferentes segundo o lugar em que vivem.

[...] a possibilidade de ser mais, ou menos, cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto um lugar vem a ser condição de sua pobreza, um outro lugar poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhe são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam (SANTOS, 2020, p. 107).

No posicionamento defendido pelo geógrafo, o distanciamento geográfico representa, também, um distanciamento a bens, serviços e, até mesmo, uma privação de direitos básicos. Nas grandes cidades, onde a situação é mais perceptível, justamente, pela distância alargada, poucos são os cidadãos que desfrutam, de fato, da cidade, estando essa parcela localizada no centro. Para a reflexão em Santos (2020), às bordas, por falta de meios, restam desfrutar do espaço — e da cidadania — parcialmente, como se fosse uma pequena cidade.

A discussão proposta perpassa a noção de direito à cidade, se trata dos bens e serviços que estão distantes das bordas, e do acesso que é dificultado devido à precarização das condições de mobilidade e do valor material. Bens e serviços esses que, se constituem um encargo da sociedade, por meio das instâncias do governo. Sem isso, como bem inferido pelos estudos de Santos (2002), não se dirá que existe o cidadão.

O que está sendo evocado, não é uma lógica dada pela natureza humana, é um sistema construído e estrategicamente configurado para que o território opere para a manutenção da desigualdade. À mercê da lei do mercado — tudo colabora em prol do aumento das desigualdades sociais.

Milton Santos (2002, p.151) enfatiza que, “[...] há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra”. Assim, a distância geográfica entre centro e bordas também representa um distanciamento

econômico, político, social, da justiça e da própria informação. Sendo esses considerados capitais de valores para uma participação social:

Morar na periferia é se condenar duas vezes à pobreza. A pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se à pobreza gerada pelo modelo territorial. Este, afinal, determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele lugar. Onde os bens sociais existem apenas na forma mercantil, reduz-se o número dos que potencialmente lhes têm acesso, os quais se tornam ainda mais pobres por terem de pagar o que, em condições democráticas normais, teria de lhe ser entregue gratuitamente pelo poder público (SANTOS, 2020, p. 143).

A marcação das palavras “acesso” e “distância” são fundamentais para delimitarmos muito bem o que, de fato, se configura como os territórios periféricos ao qual nos referimos nesta pesquisa. Existem bairros localizados distantes dos centros, principalmente nas grandes cidades, cujo acesso não se configura como um problema — ou se quer é impedido, mesmo distantes geograficamente. Os “bolsões de pobreza do centro” são outro exemplo. Como colocado por Rovida (2020), embora compartilhem de lutas semelhantes às que os periféricos enfrentam, sua localização acaba permitindo determinados acessos que são negados aos periféricos.

Uma das contribuições conceituais que parecem atender aos objetivos da pesquisa, é a noção de periferia como “espaços ocupados”, evidenciado no trabalho de campo de Rovida (2020). Guiados por essa visão, periferia são os lugares da cidade onde estão os periféricos: sujeitos que vivem sob a lógica que discutimos até aqui. Consideramos como periferia, não apenas o fator de distância, mas a dificuldade e tempo de acesso dos sujeitos a direitos básicos.

No caso das regiões periféricas localizadas na região Metropolitana de São Paulo, esse lugar é necessariamente distanciado fisicamente das regiões mais estruturadas ou ricas da cidade. Uma das marcas históricas das periferias paulistas, tem a ver com o modelo de subdesenvolvimento industrial adotado pela cidade.

As disputas e as demandas controladas pelos interesses de uma especulação imobiliária perversa fazem parte dos contornos da narrativa de Kovarick a Ant. Segundo os autores, no início havia a necessidade de moradia próxima aos centros produtivos, era preciso estar perto das fábricas. Nesse período, os cortiços se disseminaram como alternativa barata e eficiente para os trabalhadores (ROVIDA, 2020, n.p).

Nesse período, como exemplifica Rovida (2020), a especulação imobiliária obtém lucratividade com o processo de periferização, tanto pela oferta de terrenos distantes quanto pela manutenção dos espaços ociosos entre os bolsões de habitação.

Numa espécie de ciclo vicioso, os negociadores de lotes vendem terrenos cada vez mais distantes, em localidades sem benfeitorias, ampliando e intensificando o processo de periferização, enquanto a população mais empobrecida vai se deslocando cada vez mais longe para conseguir arcar com os custos da cidade (ROVIDA, 2020, n.p).

Os jornalistas entrevistados durante a pesquisa de Mara Rovida (2020), consideram que existe um agravamento quando se trata das periferias de São Paulo. Diferente das favelas e morros do Rio de Janeiro, elas são mais afastadas do centro, o que de certa forma, reflete no "acobertamento" da violência policial e dos problemas urbanos e sociais enfrentados nesses territórios.

E é nesse sentido que as considerações de território por Milton Santos (2002), bem como a própria configuração geográfica e social das periferias de São Paulo, discutida em Rovida (2020), não apenas dialogam com essa produção de jornalismo como é determinante para caracterizá-la. Por isso, no decorrer dos próximos capítulos, será imprescindível dialogar com toda essa dimensão do que configura os territórios periféricos, para conseguirmos compreender como ela é construída nas matérias analisadas.

2.4 Refletindo sobre Jornalismo Periférico

A essa altura do texto, já deu pra entender que o jornalismo e a comunicação produzidos a partir das periferias atuam em conexão com questões estruturais da sociedade, como raça, classe, gênero e sexualidade, sedimentadas sobre os pilares das desigualdades sociais que impactam as periferias e geram inúmeras vulnerabilidades (BELMONT, 2021).

Para quem está imerso na prática de jornalismo periférico, parece simples expor “de onde fala” e “para o que veio” essa proposta – como é nítido na definição acima, dada pela jornalista. Para quem está de fora, a palavra “periferia” ao passo que não parece ser suficiente para induzir um novo conceito de jornalismo, carrega consigo complexidades demais para que não haja investigações que ‘olhem’ para esse novo posicionamento que vem das bordas das cidades. Entretanto, na busca por uma fundamentação e aparatos no campo conceitual, podemos inferir que “Jornalismo Periférico” ainda está mais no campo dos questionamentos do que das certezas.

Como evidenciado na pesquisa de Rovida (2020), o elemento central que caracteriza essa prática de jornalismo está sob uma cena efervescente, motivo que denota uma certa dificuldade em delimitar essa prática. O que se deve também, ao fato de não haver consenso

entre os próprios estudiosos da área, tanto pela variedade de enquadramentos jurídicos quanto econômicos.

A pesquisadora considera que “jornalistas em arranjos alternativos” é o termo que parece fazer mais sentido e, portanto, faremos uso no decorrer da pesquisa. A primeira provocativa que o termo incita nesta pesquisa está relacionada com o próprio conceito de jornalismo: quais elementos do jornalismo estão presentes nessa prática? O termo "periférico" em toda sua dimensão discursiva de poder, de fato, indica algum atributo ao conceito de jornalismo?

Na busca por aparatos conceituais para essas respostas, Roviada (2020), nos ajuda a considerar certas características desse arranjo alternativo. A primeira delas afirma que a produção de informação em si não parece se diferenciar da mídia *mainstream*. A autora pontua que é perceptível uma certa relação ligada ao pertencimento com o lugar, em alguns casos, até mesmo na relação entre entrevistador e fonte. Justamente pelas produções de jornalismo periférico marcarem um compromisso com determinado grupo social.

[...] Sempre há um fluxo de trabalho em que os jornalistas mais experientes atuam como tutores dos aprendizes. [...] há um cuidado em pensar a pauta em consonância com as políticas editoriais dos veículos — essa questão aparece em praticamente todos os depoimentos colhidos na pesquisa — o que inclui também uma escolha cuidadosa das fontes de informação numa perspectiva que respeita os preceitos jornalísticos da pluralidade, incluindo dados oficiais e vozes de protagonistas da periferia. As políticas editoriais se mostram também como compromisso claramente assumido com uma visão de direito social à informação (ROVIDA, 2020, n.p).

A autora enfatiza que se trata de uma produção jornalística elaborada a partir de um determinado território. Perspectivas específicas, que não podem ser entendidas fora dessa relação com o lugar de pertencimento dos sujeitos representados nas histórias e dos sujeitos produtores da notícia. “A costura desse ponto de vista é desenvolvida no planejamento da pauta e enfatizada nas narrativas que sempre destacam as vozes da periferia.” (ROVIDA, 2020).

Entre uma troca e outra com os próprios jornalistas das periferias, Mara Roviada (2020) dialoga sobre um leque de definições que envolvem a prática. No qual questiona que embora conceitos como ‘jornalismo independente’ e ‘comunicação comunitária’ caibam dentro do que se pretende o jornalismo periférico, não são suficientes para delimitar essa proposta.

É interessante perceber nos relatos redigidos pela pesquisadora, uma tentativa dos próprios jornalistas das periferias em fugir de certas delimitações e tentar afirmar a prática enquanto jornalismo propriamente, antes de qualquer outro conceito. A eles, parece mais

interessante resgatar com afincos um ideal do fazer jornalístico, comprometido com os valores essenciais da própria prática profissional.

[...] Paralelamente, o tipo de jornalismo que eles produzem parece se compor de modelos diversos que em suas particularidades não dariam conta da complexidade dessa produção. Assim, Thiago se entende como independente por não ter vínculos formais com nenhum grupo específico por questões ideológicas (partido político ou sindicato, por exemplo) ou por questão comercial, mas não pode se comparar com os ditos independentes ou alternativos do centro porque não adota exatamente uma postura de enfrentamento contra hegemônico, embora tenha uma postura crítica. [...] Por isso, a mídia periférica é uma espécie de terceira via que também faz um trabalho de comunicação comunitária, mas não se limita a isso porque reflete a estrutura social como um todo, problematiza as relações das periferias com a cidade e vai além de uma narrativa local (ROVIDA, 2020, n.p).

Nessa perspectiva, alguns pontos são fundamentais para compreender esse jornalismo. O que nos parece ser um dos marcadores centrais é como, para além de comunicar com a periferia, o jornalismo reflete a estrutura social como um todo e faz relações dos territórios periféricos com a cidade. Outro ponto de interesse mencionado envolve a proximidade dos produtores das notícias com a realidade a qual eles vivenciam.

Ainda há uma outra relação que diz respeito a um certo engajamento constante entre entrevistadores e fontes. “[...] é o tempo todo por esse pertencimento que parecem contribuir com suas identidades. Entrevistados e entrevistadores dialogam antes e depois da gravação.” (ROVIDA, 2020, n.p).

Em uma das entrevistas que Rovida (2020) faz no decorrer de seu trabalho de campo, com Thiago de Souza Borges, fundador da “Produtora Jornalismo de Quebrada Periferia” em Movimento, reforça que há um compromisso maior com a própria informação dado envolvimento do jornalista com o território e uma proximidade geográfica direta com as fontes. Ele considera que há uma pressão pela responsabilidade e credibilidade do que está sendo noticiado, devido a possibilidade de contato direto com os sujeitos retratados nas matérias.

Um outro ponto de conflito que também diz respeito a essa relação que o jornalista estabelece enquanto produtor de informação e ao mesmo tempo morador de uma periferia, aparece em uma entrevista com uma das jornalistas do portal “Nós Mulheres das periferias”, uma das falas parece traduzir como essa relação está em embate: “Somos um coletivo de jornalistas, embora a gente hoje se entenda como feminista, nós não formamos um coletivo feminista e sim um coletivo de jornalistas” (ROVIDA, 2020, n.p).

Os elementos de jornalismo periféricos levantados até aqui, serão considerados durante o processo de análise nos capítulos seguintes, a fim de confrontar as produções da “Agência

Mural” para responder aos seguintes questionamentos: as matérias analisadas estão em consonância ao que se propõe o jornalismo periférico? Quais elementos desta proposta estão em debates nas produções?

Vislumbramos ainda um diálogo em um campo mais prático e que envolve o papel social dessa proposta: seria a ligação a partir do território — nas suas dimensões de poder — capaz de fazer com que o jornalismo periférico esteja diretamente conectado com os valores dessas comunidades, a tal ponto de fazer representações próximas dos anseios dos sujeitos? Esses aspectos de reflexão sobre o jornalismo nas periferias serão considerados e aprofundados nas análises a seguir.

3 CONFLITOS IDENTITÁRIOS: A VIOLÊNCIA POLICIAL NAS PERIFERIAS EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Neste capítulo analisamos a matéria “Peça debate violência nas periferias”, de autoria da muralista e correspondente da região de Bela Vista, Tatiane Ribeiro. Em menção à “Torquemada 17 balas” – peça teatral que rememora os acontecimentos da ditadura militar no Brasil – a jornalista discorre sobre a lógica da opressão que ainda exerce poder nas periferias dos grandes centros urbanos. Esta é a publicação mais antiga ainda disponível no blog “Mural”, no site da Folha de S. Paulo e foi publicada em março de 2012.

A análise deste capítulo se estrutura em três etapas: a primeira dedicada à compreensão do contexto apresentado na peça teatral enquanto intervenção artística. A segunda, uma análise das produções de sentidos no jornalismo periférico à luz dos conceitos-chaves: Identidade, Representação, Território e Jornalismo Periférico. E ainda uma última onde é feito um confronto entre os sentidos apresentados na obra “Torquemada-17 balas” e os produzidos pelo jornalismo em “Peça debate violência nas periferias”.

Em conformidade à linha teórica dos Estudos Culturais, a qual esta pesquisa está inserida, faz-se necessário contextualizar os sentidos pretendidos pelo espetáculo a partir dos dilemas históricos e culturais apresentados. A peça “Torquemada 17 balas” é uma das ações fomentadas pelo projeto Marcas da Memória, da Comissão de Anistia, vinculada ao Ministério da Justiça. A montagem é parte de uma ação mais ampla: “Torquemada: Resgatando Memórias da Opressão do Passado ao Presente”, que também envolve debate, oficinas de “teatro-fórum⁵” e mobilização nas redes sociais. A intervenção artística parte de uma visão muito intencional de reparar os danos do passado por meio de um processo educativo. Como identificado na explicação do vice-presidente da comissão de Anistia:

Nós percebemos em um determinado momento que não bastava apenas reparar às pessoas os danos que o Estado lhe causou no período da ditadura militar, era necessário resgatar a história e, sobretudo, preservar a memória. Porque um país só se desenvolve — uma democracia só se consolida — a partir exatamente da memória do seu povo. Esse projeto “marcas da memória” se insere nessa visão (OLIVEIRA, 2012 apud TORQUEMADA, 2012).

A obra é releitura de um dos textos do dramaturgo Augusto Boal. Muito conhecido pelo seu tipo de teatro político, Boal escreveu esse texto que serviu de inspiração para a peça

⁵ O Teatro-fórum é considerado por Boal como um ensaio para a vida, por meio do qual o espectador experimenta as possibilidades de atuação, de reivindicação da resolução de opressões vividas ou testemunhadas no contexto social (CANDA, 2013, p. 192).

“Torquemada - 17 balas” no ano de 1971, quando havia sido preso e torturado pelo regime ditatorial no Brasil. A obra faz alusão ao inquisidor espanhol Tomás de Torquemada⁶. Nela, o artista brasileiro faz um relato pessoal sobre a tortura. Como explica Fiúza (2005), essa obra percebe a questão da tortura como estratégia para manutenção do poder político ligado às ações de grupos sociais dominantes.

A peça Torquemada parece ter sido elaborada como base reflexões sobre o fracasso da luta armada e a tortura como uma razão do Estado para ordenar o capitalismo. Ao apresentá-las, Boal investe em recursos antiilusionistas para incitar o leitor/espectador a reconhecer o funcionamento do sistema de Torquemada, no qual a tortura é instrumento eficaz no estabelecimento da ordem social necessária para a geração do lucro (FIUZA, 2005, p.130-131).

Guiado por essa compreensão — da tortura como instrumento de poder — “Torquemada-17 balas” faz uma discussão proposital a partir das memórias marcadas pela repressão dos “anos de chumbo”, como maneira de dimensionar os resquícios que atormentam o presente. Como manifestado pela gestora da ‘ONG Mudanças de Cena’, é possível reportar a forma como o projeto vislumbra a arte enquanto estratégia de intervenção para que o futuro seja diferente.

Quando você retoma o passado para deixar essa memória clara e retoma ‘olha isso tem história’, a gente passou por uma ditadura militar, por um regime militar. A nossa polícia é formada dessa forma, ela continua sendo militar. Quando você fala disso, isso amplia o universo de percepção e consciência e ele percebe com isso, talvez, que ele pode transformar o futuro (TOSCANO, 2012 apud TORQUEMADA, 2012).

Esse processo de intervenção aparece de maneira prática durante o espetáculo por meio das técnicas de teatro-fórum. Além de assistir, a plateia é convidada a participar refletindo maneiras de intervir nas situações apresentadas pelas cenas. Para Yara Toscano (2012), a forma como o espetáculo é montado para o público faz com que “[...] ele analise o passado, pensa no dia a dia dele agora e pode pensar em um futuro diferente” (TOSCANO, 2012 apud TORQUEMADA, 2012).

Não houve essa transição para o sistema democrático de uma forma que a gente acredita que deveria existir. Então, a gente acredita que se os jovens, principalmente os jovens, tiverem consciência dessa história, talvez ajude com

⁶ Inquisidor espanhol Torquemada - conhecido por sua crueldade, estímulo a delações, torturas e assassinatos em público, durante o reino de Aragão e Castela, de 1478 a 1494, com o intuito de alcançar a sangue limpia ao manter na Espanha somente aqueles que teriam sangue “puramente” cristão - aparece como uma alegoria do sistema corrupto e doentio que se instaura no continente latino-americano. (ANDRADE, 2012, p.8).

que ela não se repita. Porque a gente acredita que os resquícios da ditadura tão aí no nosso dia a dia (DIBERTOLLI, 2012 apud TORQUEMADA, 2012).

Nessa colocação, a diretora do espetáculo mostra uma intenção nítida da peça: abordar as questões da ditadura não como acontecimento findado, mas como contexto histórico para se refletir e compreender o presente. Como afirma Dibertolli (TORQUEMADA, 2012), “Torquemada - 17 balas” é exatamente sobre os resquícios desse período nos dias de hoje, da ideia de que essa violência por parte do Estado continua existindo, principalmente na periferia. Podemos notar, por essa menção, que há algo que transcende a noção de acontecimento histórico sendo debatido. Ao se inspirar no texto “Torquemada” (que faz menção a um inquisidor da idade média); ao reviver em cena a repressão do período ditatorial no Brasil ou ao relacionar com o contexto atual de violência policial nas periferias, busca-se por meio da historicidade, debater uma lógica do Estado que se mantém pela apropriação de diferentes configurações de tortura. A violência policial é debatida, portanto, como sendo um dos instrumentos que opera essa opressão no contexto atual, agindo sobretudo nas periferias.

A peça traz uma representação emblemática ao centralizar uma das discussões na figura de um skatista. Na cena, um jovem (skatista) sofre uma situação de abuso policial. O que observamos é uma certa intenção da obra em debater esses conflitos enfatizando a figura de uma identidade marginalizada. Notamos que há um intuito ao encenar como a repressão policial age de modo coercitivo por meio de violência simbólica e física, sobretudo, contra a figura de um jovem que está desfrutando de um dos seus direitos básicos, ao usufruir do espaço público.

Para compreender o contexto que atravessa diferentes períodos históricos de repressão no Brasil, inicialmente, tomamos como base as reflexões no artigo “A Ditadura que se Perpetua: Direitos Humanos e a Militarização da Questão Social”. Cruz et al. (2017), nos conduz a refletir o “legado” do período da ditadura militar como parte de um conglomerado de situações históricas mascaradas ao longo do tempo — desde a invasão colonial. As atuações repressivas das PMs, portanto, não se limitam à mera herança do regime ditatorial — pelo contrário— ambas revivem o mesmo fenômeno: a militarização da “questão social”. Sendo esse mais um dos aparatos repressivos que mantêm a trajetória político-econômica do país concentradora de poder e riquezas.

Desde o contexto fundacional do Brasil com a invasão estrangeira, os “moinhos de gastar gente” (Ribeiro, 1995) se alteraram como consequência das opções político-econômicas das elites. As técnicas de tortura se modificaram: dos açoites aos choques, do pau de arara ao asfixiamento com sacos plásticos, mas a prática continua. A história dos atuais Centros Educacionais – em um contexto no qual o aparato legal da Proteção Integral

não foi capaz de modificar arraigadas concepções menoristas – é a mesma da Fundação Estadual para o Bem-estar do Menor (Febem), do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), das Casas de Correção e dos Calabouços: é a história do encarceramento no Brasil, com os mesmos corpos enclausurados – jovens, negros, pouco ou nada escolarizados e ocupando com instabilidade as mais baixas posições no mundo do trabalho, para o qual têm obrigação de entrar muito cedo (CRUZ *et al.*, 2017, p. 240).

O que defendemos nesse sentido, é que a forma como se manifesta a ação repressiva das PMs, encontra relação direta com o passado sustentado pelo processo de construção de um inimigo interno. No contexto atual, a qualificação e dimensão desse inimigo é inferida pelo termo: “delinquentes”. É sobre assumir que “a vida de um adolescente negro, no Brasil atual, encarna séculos de História” (CRUZ *et al.*, 2017, p. 240). Cabe, aqui, compreender a dimensão de “periferia” enquanto lugar estrategicamente ocupado majoritariamente por esses sujeitos que encarnam conflitos históricos.

Como fica evidente nas considerações das autoras: ao se tornar República, o país não subverteu a lógica de repressão ao ‘inimigo’ historicamente construído. Uma democracia rarefeita, que conforme Cruz *et al* (2017), não foi capaz de oferecer-lhe senão um lugar social subalternizado e uma inclusão perversa. Uma vez limitada ao que é mais adequado e eficiente para a reprodução do capital e do funcionamento da ordem política em favor dos que dominam. Nesse mesmo sentido, Milton Santos (2002) descreve a periferia, justamente, a partir da concepção de um distanciamento que é tanto geográfico quanto de bens, serviços e, até mesmo, uma privação de direitos básicos.

A divisão da cidade, sobretudo, a “guetização” precisa ser compreendida até mesmo para além de uma divisão no âmbito do trabalho ou acesso. De acordo com as autoras, essa divisão está também no âmbito dos sujeitos propriamente “[...] no qual uns são tidos como descartáveis ou, para colocar de forma mais explícita, “matáveis”, e outros como sujeitos dotados de plenas garantias e foro privilegiado” (CRUZ *et al.*, 2017, p. 241).

Ao colocar as populações e territórios sob gestão policial, o Estado “[...] tem provocado inúmeras mortes e acirrado debates com pouco diálogo institucional.” (CRUZ *et al*, 2017, p. 241). Tal qual a direção da peça “Torquemada-17 balas” propõe, o que as autoras sugerem é uma emancipação a partir de uma leitura dos conflitos históricos que configuram as ações no território. “Uma vez que, deixado à própria sorte, o capitalismo apenas intensificará opressões e explorações, acoassando os direitos humanos até a sua desfiguração” (CRUZ *et al*, 2017, p. 241). A partir dessa noção, há a possibilidade de refletir o hoje — em sua relação eminentemente dialética e de permanências — uma oportunidade de operar rupturas no futuro.

Com base nesse entendimento, inferimos que a peça teatral, enquanto intervenção artística e cultural, discute a repressão policial por uma perspectiva histórica. Compreendendo-a enquanto uma faceta dos conflitos que atravessam a vivência dos sujeitos que estão, sobretudo, nas periferias. É a partir dessa dimensão que é possível compreender a complexidade problemática que a obra evidencia ao refletir como a violência policial assume nesses territórios um papel de repressão aos direitos básicos dos sujeitos enquanto cidadãos, como é representado pela figura central do *'skatista'*.

A partir da compreensão da dimensão dos dilemas refletidos pelo espetáculo, o principal empenho na etapa seguinte é compreender como o jornalismo periférico produz sentido sobre tudo isso que discutimos até aqui. Como ponto de partida — cientes da centralidade dada nesta pesquisa aos interesses que marcam a construção dos sujeitos — o primeiro emblema posto, está na busca por compreender a construção de identidade dos moradores da periferia nesse contexto. De que modo as dimensões de identidade e diferença são apresentadas pela produção periférica?

Para fazer esse paralelo, a ONG Mudança de Cena se juntou com o grupo GTO da Garoa, formado por artistas de diversos bairros periféricos de São Paulo, para pesquisar e montar a peça com histórias reais de violência física e psicológicas vividas pelos próprios atores e outras pessoas das comunidades (RIBEIRO, 2012)

Já de início deparamos com elementos que nos levam a discutir sobre a noção de identidade e diferença. Ao constatar, ou melhor, ao denunciar a violência física e psicológica, enquanto um elemento vivenciado tanto pela comunidade quanto pelos atores em cena, o jornalismo marca um laço comum entre esses sujeitos. Existe, aqui, um reconhecimento nítido sobre a violência como pressuposto compartilhado entre os periféricos — no palco e na plateia.

Silva (2014) nos conduz, nesse sentido, a refletir a identidade como simplesmente “aquilo que se é”. Ao buscar entender como essa noção é marcada pelo jornalismo, analisamos que ela salta do ato do reconhecimento coletivo: “somos violentados”. Ao passo que a diferença, compreendida naquilo que o “o outro é”, se traduz no reconhecimento subentendido do outro como: “aqueles que nos violentam”. Com licença conceitual a partir das considerações do autor citado, o trecho: “[...] pesquisar e montar a peça com histórias reais de violência física e psicológica vividas pelos próprios atores e outras pessoas das comunidades” (RIBEIRO, 2012), marca uma intencionalidade do jornalismo no reconhecimento e valorização de uma identificação. São esses laços imaginários que permitem “ligar” as pessoas. Sem eles, “seriam simplesmente indivíduos isolados, sem nenhum “sentimento” de terem qualquer coisa em

comum” (SILVA, 2014, p.85).

É isso que nos permite compreender que o jornalismo não se refere tão somente a uma peça teatral que encena a violência no palco. É produzido um sentido de ‘comunidade’, pelo qual a identificação enquanto ‘sujeitos violentados’ é o elemento central que conecta o público e os artistas em cena, permitindo-os a construírem coletivamente uma performatividade de intervenções simbólicas que ensejam produzir efeitos na realidade.

Tendo, portanto, analisado os elementos atribuídos à identidade e a diferença nesse contexto, outras inquietações parecem esbarrar na análise que propomos: quais são essas identidades evidenciadas pelo conflito com essa violência? Quais são os sujeitos marcados historicamente pela repressão física e psicológica pelo Estado? Incluímos ainda outro trecho evidenciado no decorrer da matéria, que nos conduz a questionar inclusive quais são os processos envolvidos na construção das posições desses sujeitos: “É uma forma das pessoas refletirem sobre o poder que o Estado tem. Muitas vezes a polícia constrange as pessoas e todos acham normal. Porque não sabem como lutar contra isso. Mas não é assim que deve ser” (RIBEIRO, 2012).

Conforme orienta Silva (2014), questionar a identidade e a diferença é questionar o sistema de representação que lhes dão suporte e sustentação. Nessa direção, Hall (2016) nos permite dimensionar a centralidade desse conceito como parte essencial do processo pelo qual é possível expressar um pensamento complexo sobre ‘coisas’ ou se comunicar a respeito delas pela linguagem. No início desta análise, enfatizamos a dimensão representativa que a peça teatral comunica por meio da figura do skatista. A seguir, portanto, empreendemos esforços para refletir a profundidade (ou esvaziamento) dessa dimensão representativa produzida pelo jornalismo:

Na peça, Bruno – nome do personagem principal –, é um jovem da periferia que gosta de andar de skate e precisa procurar emprego para ajudar no orçamento da família. “Nessa jornada ele se depara com a violência policial, com a imposição de grupos de poder dentro da sua própria comunidade que não gostam de skate e ainda outros acontecimentos difíceis”, conta o ator que o interpreta, André Carreiro Perussi, 21, morador do jardim Dracena, bairro do extremo oeste da cidade de São Paulo (RIBEIRO, 2012).

Ressaltamos como o sentido atribuído pelo jornalismo ao personagem se atém ao ‘gosto por andar de skate’. Entende-se, a partir dessa marcação, que o objeto (*skate*) assume sua funcionalidade prática, não sendo elevado, portanto, à dimensão representativa enquanto elemento carregado de sentidos simbólicos. Da mesma forma, não há um reconhecimento da complexidade das questões sociais que constituem o sujeito.

Mais adiante, o jornalismo faz uma certa associação desse personagem em paralelo com

elementos de identificação da própria vivência do ator: “Em contato com o teatro desde 2010, André não teve dificuldade para montar o personagem. Algumas histórias do enredo eu mesmo vivi e outras fazem parte da realidade do dia a dia dos bairros” (RIBEIRO, 2012). Apesar da associação não estar colocada em uma relação direta, é possível esclarecer que essa vivência do ator é compreendida pela sua identidade enquanto: um jovem de 21 anos, morador do jardim Dracena, bairro do extremo oeste da cidade de São Paulo.

Quando buscamos apoio em outros conteúdos sobre a peça, no vídeo “Torquemada - 17 balas” disponível no *Youtube*, a diretora do espetáculo, Kelly diBertolli, explica que tanto os depoimentos quanto o perfil das pessoas entrevistadas influenciaram na construção deste personagem principal. A diretora faz menção a várias entrevistas feitas principalmente com os jovens das periferias. Em decorrência dessa explicação, chegamos à compreensão de ao menos um dos atravessamentos que marcam a experiência e vivência do personagem: um jovem à margem das grandes cidades.

É particularmente problemático a ausência desse elemento representativo que reconheça a complexidade dos conflitos históricos presentes na figura do skatista. Isso porque, nesse contexto, o skate assume o sentido de símbolo representativo de um pressuposto direito básico a qualquer cidadão: usufruir dos espaços da cidade. Que é negado por meio da violência simbólica e repressiva de uma força do Estado, sobretudo, contra os jovens das periferias — marcados enquanto sujeitos marginalizados.

Ainda questionando os sistemas e as formas dominantes de representação da identidade e da diferença, faz-se necessário analisar um outro momento em que há um sentido produzido sobre os sujeitos:

Yara Toscano, coordenadora do projeto, trabalha com o tema desde 1996, quando deu aulas de dramaturgia dentro das penitenciárias por meio do projeto Teatro do Oprimido, método criado por Boal para democratizar a produção teatral e ao mesmo tempo estimular o diálogo social. “Presenciei vários depoimentos de abuso de poder. É gritante o número de pessoas da periferia que são presas. São os clientes preferenciais da justiça” (RIBEIRO, 2012).

Existe nesse posicionamento, um sentido que privilegia a representação dos moradores das periferias como “clientes preferidos da justiça”. Mesmo quando se evidencia um conflito de um outro contexto: o sistema carcerário no Brasil. O que nos leva a questionar a quão intrínseca pode ser essa associação. Em termos mais problemáticos, não há uma conexão com as possíveis estruturas sociais ou emblemas identitários que configuram essa realidade. Visto que, ao trazer a discussão que envolve o contexto judiciário, sequer reconhece os emblemas que refletem sobre o “porquê” dos sujeitos que mais sofrem com o encarceramento estarem nas

periferias. Cabe destacar, portanto, a superficialidade com que o jornalismo trata essa associação que é colocada.

Diante dessa constatação, é importante considerar que há outros atravessamentos que influenciam nas diferentes vivências e experiências dos sujeitos nos territórios. Esse tipo de problema pode ser visualizado também em outros espaços e vivências, como a Roviada (2020) apresenta: “Eu, como homem branco, tenho mais facilidade do que minha companheira que é mulher negra, embora nós dois moremos no mesmo lugar, com os mesmos problemas e demoramos o mesmo tempo para acessar certos lugares da cidade.” (ROVIDA, 2020). É nessa perspectiva, pelo reconhecimento da pluralidade dos conflitos identitários, que é possível construir conexões com questões estruturais da sociedade, como raça, classe, gênero e sexualidade, que constituem e dão sentido às inúmeras vulnerabilidades e conflitos nas periferias.

É problemático — ao passo que também é controverso — como em ambas as considerações que dialogamos até aqui, nos momentos em que o jornalismo constrói sentidos sobre os sujeitos e seus emblemas, percebe-se uma ausência da complexidade das identidades; que por sua vez, tem associação direta com o sentido que o jornalismo produz sobre território.

Na busca por evidenciar com mais afinco qual o sentido sobre ‘periferias’ o jornalismo assume no texto, ressaltamos o seguinte posicionamento: “Apesar de trágicos, alguns episódios da história recente do Brasil, como a ditadura, não são temas comuns em rodas de conversas de jovens. No entanto, seus resquícios são encontrados em diversas situações rotineiras da sociedade (RIBEIRO, 2012). Nota-se que nesse trecho – primeiro parágrafo da matéria – a compreensão do que foi a ditadura no Brasil está no nível de ‘acontecimento’ recente da história do Brasil, cujos resquícios estão no presente. Esse posicionamento não acompanha, entretanto, a mesma dimensão refletida pela peça – nas quais os conflitos do presente são vistos como um ‘rememorar’ de conflitos fadados aos sujeitos.

Quem propõe essa reflexão são os criadores da peça “Torquemada – 17 Balas”, que parte da releitura de um texto do teatrólogo Augusto Boal, produzido em 1971, para mostrar como a lógica da opressão ainda exerce poder sobre as comunidades, em especial as das periferias dos grandes centros urbanos (RIBEIRO, 2012).

O que um texto produzido por um teatrólogo, em 1971, pode trazer de debate para o contexto presente, sobretudo, sobre a lógica de opressão exercida nas periferias? Essa dimensão explicativa e contextual não é evidenciada pelo jornalismo. Uma ausência, que além de não situar o leitor sobre uma informação apresentada, em uma consequência mais profunda, revela

a superficialidade histórica com que o jornalismo debate as questões de violência policial nas periferias.

Refletir sobre território, como mensurado por Santos (2002), é refletir sobre cidadania. Essa vinculação com o território é geradora de uma identidade social que, por sua vez, também determina como os sujeitos sociais participam da vida na sociedade. Quando a força do Estado está posta em favor de negar acesso aos sujeitos a direitos básicos, como o acesso e usufruto dos espaços comuns da cidade, subentende-se que a repressão opera no território para que esses sujeitos sejam “menos cidadãos”. Tratando-se, portanto, de um sistema construído e estrategicamente configurado para que o território opere para a manutenção da desigualdade (SANTOS, 2002).

Por isso, consideramos tão problemática que em uma perspectiva de jornalismo periférico, os conflitos territoriais sejam levados à dimensão de 'acidente de percurso' ou 'acontecimento', como é evidenciado neste contexto analisado.

Para refletir como os elementos que caracterizam a produção em arranjos periféricos podem ser assimilados à matéria analisada, cabe destacar alguns atributos sinalizados por Mara Rovida (2020), bem como evidenciar a dimensão significativa de “periferias” em Santos (2002). Um dos pontos mais caros da proposta de jornalismo periférico é a ideia de construir uma espécie de terceira via. Onde há um trabalho de comunicação comunitária, e, mais do que isso, seja evidenciado uma reflexão sobre a estrutura social como um todo, problematizando as relações das periferias com a cidade — ou seja, indo além de uma narrativa local (ROVIDA, 2020).

Ao analisar a matéria da “Mural”, com base nessa perspectiva, consideramos que o jornalismo privilegia um sentido em diálogo com as dimensões do 'presente', à medida que compreende os conflitos do passado como “acontecimentos”. Mesmo a peça teatral evidenciando fortes elementos que nitidamente dialogavam com as dimensões históricas dos conflitos, o jornalismo se ancora em uma superficialidade do debate, visto a ausência de reflexões que dê conta da pluralidade dos atravessamentos que configuram as tensões e situações nesses territórios.

Em paralelo a essa análise, resta-nos entender quais elementos condicionados nessa produção sobre “Torquemada-17 balas” é capaz de inferir um certo diferencial da perspectiva periférica, ou seja, que não poderia ser contemplada em uma visão de “centro” ou em outra proposta de jornalismo independente.

Podemos dizer que essa produção poderia ser compreendida mais como uma narrativa local — como acontece na comunicação comunitária — do que propriamente uma perspectiva

em arranjos periféricos. Visto que o jornalismo contempla as informações principais sobre a peça e em certa medida relaciona com o contexto das comunidades, entretanto, não eleva o debate à relação e problematização das periferias com a cidade. Compreendemos que nessa produção o jornalismo não adota exatamente uma postura que caracteriza o Jornalismo Periférico.

Ao confrontar os sentidos discutidos pela peça e os sentidos que se tem na leitura e análise da matéria, compreendemos que não há um alinhamento entre eles. Em “Torquemada-17 balas”, a dimensão representativa das periferias é construída em uma perspectiva histórica, no qual o dilema central diz respeito aos conflitos que marcam a historicidade dos sujeitos. Não sendo, portanto, um acontecimento do presente que está em voga.

A violência policial, em “Torquemada - 17 balas”, é compreendida enquanto mais uma das ferramentas de tortura — que revive os confrontos do passado. Ao propor uma intervenção do público, por meio das técnicas do teatro-fórum, entende-se que o que está posto não é somente “como os sujeitos devem interferir em situações de violência policial no cotidiano”, para além disso, tem relação direta em como os sujeitos periféricos, marcados por identidades em conflitos, podem compreender a dimensão histórica e cultural dos elementos que permeiam seu cotidiano.

Por outro lado, o sentido privilegiado em “Peça debate violência na periferia” dialoga preferencialmente com o contexto presente, quando privilegia a marcação da violência policial na periferia. Essa noção é assimilada tanto na definição das falas dos entrevistados quanto no próprio título. Embora o jornalismo evidencie o termo “lógica da opressão”, o sentido que é produzido pela matéria pouco articula o presente com o passado. Antes, privilegia a compreensão da repressão policial mais como um “resquício” do que propriamente uma perpetuação de conflitos contra os sujeitos marcados por uma certa identidade.

Pela manifestação artística da peça, conseguimos compreender os sujeitos em toda sua complexidade. Percebemos e dimensionamos os conflitos históricos que interferem na sua existência e espaço nas cidades. Entendemos como a violência e a coerção policial à margem, na espreita, nos lugares da cidade que ninguém ‘vê’, é a manutenção perversa de um poder que infere sobre os sujeitos historicamente ‘qual é o seu lugar na cidade’. Não são os conflitos que determinam os periféricos, mas moldam e atravessam as suas vivências e realidades enfrentadas nesses locais.

Às periferias, por sua vez, passam a ter sentido como o espaço onde estão esses sujeitos. Diferente do sentido construído pelo jornalismo, no qual as identidades dos sujeitos — cerne e

centro que incide à complexidade das periferias — não são contempladas pela sua dimensão histórica. Sequer há um reconhecimento da influência dos atravessamentos de raça e gênero sobre o debate de violência policial. Assim, a única marcação e consideração que temos sobre os moradores das periferias são sobre as violências sofridas, ou como no caso do skatista ‘seu gosto por andar de skate’. A violência policial, por sua vez, parece incidir sobre as periferias por um mero “azar” da localidade.

4 SUJEITOS À MARGEM DO ACESSO: O PAPEL SOCIAL DA DISTÂNCIA ENTRE ‘CENTRO’ E ‘PERIFERIAS’

Neste capítulo analisaremos a matéria “Processo seletivo apenas com negro podem ajudar a reverter desigualdade” escrita pelo jornalista Vagner de Alencar, cofundador da Agência Mural de Jornalismo das Periferias. Publicada em setembro de 2020, no blog ‘Mural’, no site da Folha de S.Paulo, a matéria aborda a onda de críticas à iniciativa da rede ‘Magazine Luiza’ em criar uma seleção de *trainee* voltada para candidatos negros. Apoiado nas discussões postas pelo contexto do Programa, o jornalista discute sobre a desigualdade e a dificuldade dos jovens periféricos — principalmente, pretos e pardos — de acessarem determinados espaços sociais. E como a proposta de *trainee* para negros pode ajudar a reverter a desigualdade.

Para entender o contexto pelo qual a matéria se vale, primeiro, discorreremos acerca dos elementos que decorrem do debate incitado pela iniciativa do “Processo Seletivo de Trainee para negros”. Segundo, analisaremos quais elementos dessa discussão fundamentam a construção de sentido proposta pelo jornalismo periférico. Quais os elementos dessa proposta de jornalismo estão em debates nessa produção? Estariam esses elementos em consonância ao que se propõe o jornalismo periférico? Em respeito à pluralidade desses territórios e considerando a dimensão de valores socioculturais que constituem os sujeitos?

Em entrevista para o Programa Roda Viva, a empresária Luiza Trajano, CEO da rede Magazine Luiza, explicou que, ao propor o processo de *trainee* voltado para as pessoas negras, o objetivo não era criar um impacto social propriamente, mas resolver conflitos dentro da organização. Durante a entrevista, Trajano mencionou resultados de uma pesquisa interna realizada pela rede Magazine Luiza que apontaram 50% dos colaboradores eram pessoas pretas ou pardas, contudo apenas 16% dos pretos/pardos ocupavam cargos de liderança (RODA VIVA, 2020).

Em carta aberta, Frederico Trajano, presidente do Magazine Luiza, informou que em 15 anos de história do Programa de *Trainee* da rede varejista, cerca de 250 *trainees* já passaram pela iniciativa que busca formar os futuros líderes da empresa, destes, apenas 10 eram negros (TRAJANO, 2020). Luiza Trajano reforça em sua entrevista que o Programa nunca fez qualquer distinção dos candidatos. Contudo, mesmo assim, os candidatos negros ‘não apareciam’. “A gestão reuniu e falou: como é que a gente pode pôr mais negro se não está aparecendo? Se eles não entram porque a partida já é desigual. E aí criaram a ideia do programa de *Trainee* para negros.” (TRAJANO, 2020 apud RODA VIVA, 2020).

Luiza Trajano, aponta que o projeto nasce quando a empresa entende que os números revelam um racismo da própria organização: “Nós temos que entender mais o que é ‘racismo estrutural’, o dia que eu entendi, eu até chorei, porque eu sempre achei que eu não era racista” (TRAJANO, 2020 apud RODA VIVA, 2020). É importante refletir a profundidade significativa que esse posicionamento da empresária traz enquanto elemento de análise para este debate. Há, aqui, um reconhecimento dela enquanto uma pessoa racista. E até em uma dimensão mais significativa, ela entende que a empresa a qual ela construiu serve à uma lógica social de uma segregação não-oficial que interessa à uma manutenção de poder, ao manter pretos na base e não no topo.

“O racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividade, de indivíduos cuja consciência e os afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais” (ALMEIDA, 2018, p. 49). Segundo o autor, enquanto ideologia, o racismo molda o inconsciente. Entendemos que o posicionamento de Luiza Trajano revela, portanto, um dilema que envolve a necessidade do sujeito de se reconhecer historicamente para compreender a dimensão e profundidade do racismo.

O Programa de *Trainee* para negros (LEGADO, 2021) reverberou intenso debate nas redes sociais e chegou a ser chamado de ‘discriminatório’ por alguns internautas. Inclusive, criticado por pessoas influentes e ligadas a cargos públicos. A exemplo do então vice-líder do governo na Câmara, deputado Carlos Jordy — que afirmou por meio de um *tweet*, ter entrado com representação no Ministério Público contra a empresa por crime de racismo. Outro representante do governo a se manifestar foi o Presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Camargo, que também acusou a empresa de racismo. Outras pessoas contrárias à iniciativa se posicionaram no *Twitter* usando a *hashtag* “#MagazineLuizaRacista” (UOL, 2020). Quando questionada sobre a repercussão do Programa, Luiza Trajano afirmou ter se assustado, principalmente, por perceber nas manifestações contrárias, o racismo estrutural que existe no inconsciente das pessoas (RODA VIVA, 2020).

Em contraponto a esses posicionamentos, houve uma onda de manifestações que consideraram a iniciativa como um caminho para mudar — de certa forma — a desigualdade racial no mercado de trabalho. Inclusive, incentivou outras tantas organizações privadas a adotarem programas de *trainee* específicos para a população negra. Como aponta a Pesquisa sobre o Perfil Social, Racial e de Gênero do Instituto Ethos (2019), essa não é uma realidade “exclusiva” da rede Magazine Luiza. No Brasil, quanto maior o cargo em nível hierárquico, menor é a presença de pessoas negras — estas representam menos de 5% dos cargos executivos e dos conselhos de administração. As estatísticas alertam ainda para um agravante na realidade

das mulheres negras, “[...] de acordo com o perfil, dentre os diretores das 500 maiores empresas do Brasil, as mulheres negras correspondem a 0,03% (duas diretoras em 548 diretores mapeados)” (NO BRASIL, 2019).

Com base no horizonte de discussões apresentados até aqui, apontamos, portanto, dois dos principais elementos que saltam desse contexto: de um lado o reconhecimento da CEO de uma das maiores instituições privadas do Brasil, como ‘parte’ da configuração do racismo estrutural no país – ao propor subverter uma lógica a qual a empresa estava inserida, desperta uma onda de discussões acerca do racismo estrutural e políticas de inclusão da população negra em cargos de liderança. Em contraponto — como uma resposta a essa iniciativa — há manifestações que não somente se colocam enquanto contrárias, como buscam medidas legais de invalidá-las.

A fim de aprofundar melhor nos embates históricos e culturais que esses conflitos carregam consigo, tanto pela manifestação simbólica quanto discursiva, é preciso aprofundar na dimensão significativa que a empresária manifesta quando se fundamenta no conceito de “racismo estrutural”. Principalmente, questionando qual a profundidade significativa dada pelo contexto que mostra pretos/pardos fora dos espaços de poder. Quais elementos estão postos na iniciativa do Magazine Luiza propriamente?

Refletir sobre racismo estrutural é entender que este é um elemento estruturador das relações sociais, como explica Silvio Almeida (2018) no livro “Racismo Estrutural”. É nesse sentido que a CEO da rede de varejo parece provocar uma reflexão sobre uma visão estrutural do racismo na economia. E como aponta o autor, pensar sobre raça e economia envolve inevitavelmente pensar em desigualdade, justamente, por se tratar de um conceito relacional e histórico. Como reitera o autor, dados e estatísticas apontam para a lógica desigual do mercado, entretanto, a explicação está essencialmente na compreensão da sociedade e de seus conflitos.

[...] Assim como o mercado de maneira geral é forjado por relações históricas, estatais e interestatais, e a relação salarial, independentemente de quais mecanismo jurídicos-políticos atuam na fixação de seus parâmetros, não é resultados de “forças espontâneas”, mas é decorrente de diversas mediações sociais e políticos-estatais nas quais questões como raça e gênero farão parte (ALMEIDA, 2018, p. 132).

Neste contexto o que está posto, a partir dos dados apresentados pela empresa, evidenciam uma dimensão histórica e cultural do debate. Compreender, portanto, como ocorre um processo de ‘naturalização’ das estatísticas que denunciam o racismo, e uma certa “invalidação” da iniciativa, envolve sobretudo refletir elementos que estão sobre um dilema

histórico — que configuram manutenção de poder e conflitos que atravessam os sujeitos.

O efeito disso é que o racismo pode ter sua forma alterada pela ação ou pela omissão dos poderes institucionais — Estado, escola etc. —, que podem tanto modificar a atuação dos mecanismos discriminatórios, como também estabelecer novos significados para raça, inclusive atribuindo certas vantagens sociais a membros de grupos raciais historicamente discriminados. Isso demonstra que, na visão institucionalista, o racismo não se separa de um projeto político e de condições socioeconômicas específicas. Os conflitos intra e interinstitucionais podem levar a alteração no modo de funcionamento da instituição, que, para continuar estável, precisa contemplar as demandas e os interesses dos grupos sociais que não estão no controle (ALMEIDA, 2018, p. 32).

A atuação dos poderes na modificação dos mecanismos discriminatórios, pressupõe em si mesmo, um processo que passa primeiro pelo reconhecimento das próprias instituições sobre os elementos históricos e sociais aos quais estão inseridas e como esses fatores influenciam diretamente no seu funcionamento. Como ocorreu no contexto da empresa Magazine Luiza, antes mesmo de ter negros nas cadeiras de liderança da organização, sequer havia algum negro ocupando a vaga de *‘trainee’*. Como aparece na própria explicação da Luiza Trajano (2020): “eles não apareciam”. Isso envolve refletir como esse racismo estrutural opera nas demais organizações da sociedade.

Um dos elementos que tornam ainda mais distante essa “chegada”, por se valer de meios essencialmente estruturais — é a própria “naturalização” da ausência, como explica Almeida (2018). O suposto “racismo reverso” denota uma intenção de mascarar a perversidade das facetas do racismo na sociedade, como aponta Djamilia Ribeiro (2018) em sua obra “Quem Tem Medo do Feminismo Negro”, os negros sequer gozam de poder para exercer tal segregação.

Assim chegamos a um dilema central das nuances construídas pelo “Programa de Trainee para negros”. As discussões que emergem do posicionamento e reconhecimento de Luiza Trajano e da própria explicação dos dados e estatísticas que mostram a discriminação racial no mercado de trabalho — apontam para a centralidade dos conflitos históricos como atravessamentos que marcam a identidade dos sujeitos. Nesse contexto, a historicização é fundamental e intrínseca para o entendimento das relações sociais que os sujeitos desempenham.

Para analisar como a proposta de jornalismo periférico da “Agência Mural” produz sentido sobre esse contexto, analisaremos a matéria “Processos Seletivos apenas com Negros podem ajudar a reverter a desigualdade” fundamentados pelos conceitos de Identidade, Representação, Territorialidade e Jornalismo Periférico.

Essa celebração automaticamente me remeteu à vida acadêmica, há dez anos, em minha tentativa de trocar o posto de atendente de lanchonete na Feira da Madrugada, no Brás, em São Paulo, pelo de estagiário ou *trainee*, mais tarde, numa grande companhia (ALENCAR, 2020).

Há nesse trecho um reconhecimento daquele que consideramos como um dos principais emblemas que marcam o jornalismo em arranjos periféricos: a identificação do próprio jornalista como sujeito que também vivencia os conflitos do território. Vale ressaltar que esse elemento, entretanto, não é uma regra de toda produção da “Agência Mural”. É possível, mesmo partindo de locais à margem das cidades, que o jornalista paute os dilemas das periferias pelo processo de representação do “outro”. Até mesmo por esse motivo é importante dar atenção ao que essa marcação está nos conduzindo a entender sobre os sentidos intencionados pelo jornalismo. Nosso questionamento, aqui, debruça-se não somente na busca por compreender sobre a intenção do jornalista, como também em analisar o que o jornalismo periférico pode trazer ‘de novo’ a esse debate, ao evocar uma ‘visão’ e elementos da própria realidade.

Notamos que a celebração que o jornalista expressa ter pela ação afirmativa, o remete à própria história, mas faz jus mesmo a uma conquista social. Entre o posto de “atendente na periferia” e a posição de “*trainee* em uma grande empresa” há um reconhecimento de uma distância. Sobretudo, pelo contraponto que é apresentado entre um trabalho na periferia e um trabalho possivelmente localizado no centro. O reconhecimento de uma trajetória marcada por “tentativas” nos fornece a ideia da complexidade que envolve a distância entre essas posições. Logo, entendemos que o jornalista não está se referindo simplesmente a uma “trajetória profissional” ou “sonho pessoal”, mas, está construindo um sentido inferido ao próprio debate: a discussão acerca da ‘desigualdade’ começa a partir da compreensão da própria identidade social do jornalista.

Pregadas nos corredores da faculdade ou listadas em sites, as indicações de vagas espelhavam segregação. A maior parte dos processos seletivos deixava claro quem eles queriam admitir: apenas estudantes de faculdades consideradas top de linha.

Em meu caso, a matrícula em uma universidade renomada aos olhos dos recrutadores me catapultava às seleções. Geralmente não mais que à primeira fase, das muitas etapas. A cor da pele (destoante dos demais concorrentes) e o CEP (o endereço era Paraisópolis, a segunda maior favela da capital paulistana) eram marcadores de exclusão (ALENCAR, 2020).

O jornalista privilegia a definição de ao menos — e sobretudo — dois elementos que o atravessam enquanto sujeito: “negro” e “morador da periferia”. E elenca esses elementos identitários enquanto “marcadores de exclusão”. Compreendemos que a exclusão discutida pelo

jornalismo, neste contexto, é o de acesso a determinados espaços, que não é necessariamente físico, mas que tem certa relação com uma posição social.

É interessante enfatizar como o jornalismo se refere a certas barreiras sociais como delimitações hierárquicas dos sujeitos em razão das próprias identidades. Sobretudo ao ressaltar a centralidade das questões de “raça” e “CEP”, para discutir as situações de conflitos que marcam a desigualdade vivenciada pelos sujeitos. Nesse contexto, a falta de acesso, não está no fato dele não ser “um estudante de uma universidade de ponta”. Pelo contrário, apesar de atender a esse ‘requisito’, os emblemas que marcam a sua identidade propriamente são os marcadores de exclusão.

Isso nos conduz ao entendimento de um dos pontos centrais: o jornalismo está se referindo a uma mesma dimensão problemática que também foi colocado como elemento da proposta do Magazine Luiza: a discriminação em cargos de liderança é um elemento que tem explicações nos conflitos que marcam os sujeitos.

Apesar de não haver uma determinação de candidatura de apenas pessoas brancas, ela ocorria porque a presença de negros nesses cursos de jornalismo era quase ínfima, o que ressoava (e ainda ressoa) nos processos seletivos. Apesar de não haver uma determinação da candidatura de residentes do centro expandido, a seleção de candidatos periféricos era mínima (ALENCAR, 2020).

O jornalismo aponta para um outro processo de discriminação ao considerar a ausência de negros em determinado curso do ensino superior como uma barreira que precede à própria candidatura nos processos seletivos. Mais adiante, ainda expõe uma outra materialidade dessa “barreira”:

Há pouco mais de um ano, em um artigo escrito para o site da Agência Mural, abordei o fato de que a maior empresa de quadrinhos do país parecia restringir o recrutamento de moradores das periferias. Em um processo seletivo, exigia-se que o candidato indicasse se gastava entre meia e duas horas e meia para chegar ao trabalho. Após a publicação, a empresa retirou do ar a exigência (ALENCAR, 2020).

Em outro momento, o jornalista soma a esse exemplo, uma crítica sobre como a distância do território se configura como uma das camadas de exclusão dos sujeitos.

Entre decidir entre quem tomaria ao menos duas conduções para chegar ao futuro trabalho e quem era vizinho da empresa, localizada sempre nas áreas mais nobres da cidade, a opção ficava pelo segundo (ALENCAR, 2020).

Nesse contexto ressaltado pelo jornalismo, a “localização geográfica” não somente representa um distanciamento de acesso a essas oportunidades, como parece ser estrategicamente articulada como um “elemento” que se faz suficiente para manifestar quem são os candidatos considerados hábeis à candidatura. Nota-se como ele expõe que os elementos de manutenção de poder dão conta de limitar e/ou restringir o acesso das periferias na prática. Antes mesmo da candidatura, há marcadores que manifestam que as vagas são destinadas aos candidatos do “centro”. As horas gastas no transporte público, são os elementos que definem os ‘excluídos’.

Ao refletir acerca do que o jornalista apresenta sobre as barreiras que manifestam dadas exclusões territoriais e de raça, associamos a uma das falas de Luiza Trajano (2020): ela evidenciou em sua entrevista para o Roda Viva que, mesmo os editais de *trainee* não restringindo diretamente o acesso a qualquer pessoa, “os negros não chegavam”. Em uma dimensão do que é possível compreender pelo jornalismo periférico, as exclusões não estão somente na partida, mas no caminho como um todo. Não são exclusões deliberadamente manifestadas. Pelo contrário, podem manifestar inconscientemente estratégias de manutenção de quem são os sujeitos “incluído” e quem são os “excluídos” de determinados espaços.

Mas, no final, o que pareceria ser uma clara atitude de diminuição das desigualdades raciais e sociais, pelo contrário, parece reforçar a sensação de um limite que nunca pode ser superado. Como em uma corrida da qual você jamais poderá chegar (tampouco se aproximar) da linha de chegada (ALENCAR, 2020).

As implicações de “periferia” e a profundidade problemática que estão sendo discutidas pelo jornalismo podem ser entendidas dentro do que Milton Santos (2002) coloca como um distanciamento geográfico que representa, também, um distanciamento a bens, serviços e, até mesmo, uma privação de direitos básicos. Ou seja, o que está sendo questionado, não é uma lógica dada pela natureza humana, é um sistema construído e estrategicamente configurado para que o território opere para a manutenção da desigualdade.

Como se estivessem o tempo todo nos impondo algum limite que parece apenas uma fronteira geográfica, mas não é. Ou minimizando a cor da pele, ao dizer que “nós somos todos iguais”, quando na verdade não somos. Como se escrevessem num outdoor gigantesco na frente de nossas casas: “Você só pode ir e ser até aqui pra frente não é espaço pra você.” (ALENCAR, 2020).

Há um reconhecimento nítido por parte do jornalista que os limites impostos às fronteiras geográficas são manifestações dos interesses que cedem, a princípio, aos conflitos identitários. Em uma correlação prática, é possível que uma empresa não precise expor de maneira explícita ou até conscientemente “quem são as pessoas habilitadas a ocuparem determinadas vagas”. Como nota-se pelos próprios exemplos na matéria, basta um impeditivo que denote a distância geográfica para impedir o acesso de quem mora na periferia. E isso como defende o jornalista, implica ter menos negros alcançando esses espaços.

Não contratar candidatos das periferias é também não contratar pardos e negros, população que ultrapassa mais de 50% em moradias nas bordas da maior cidade brasileira. As regiões sul e leste do município encabeçam o ranking dos distritos com a maior quantidade de afrodescendentes (ALENCAR, 2020).

Compreendemos que quando o jornalismo periférico aborda sobre o “Programa de *Trainee* para negros” e traça um debate considerando os elementos de “desigualdade” e “segregação”, há uma associação da realidade e estatísticas das periferias com os conflitos raciais. Como conduz ao informar: “Segundo dados da Secretaria Municipal de Promoção e Igualdade Racial, quanto maior a porcentagem de negros em uma subprefeitura paulistana, menor é a renda média domiciliar” (ALENCAR, 2020).

Enquanto a decisão de priorizar a contratação de negros e negras continua a gerar críticas, sobretudo àqueles alheios aos abismos raciais e sociais, nos deparamos, por exemplo, com os moradores da Cidade Tiradentes, no extremo leste, com 246 vezes menos chances de conseguir um emprego formal do que os da Barra Funda (ALENCAR, 2020).

Essa contextualização com as estatísticas sobre a cidade de São Paulo imerge em uma das principais problemática que incide sobre a divisão espacial nas grandes metrópoles. O jornalismo parece induzir à discussão de como essa realidade escancara que uma sociedade que discrimina racialmente uma grande parcela da população tem seus reflexos nas estatísticas de distanciamento e desigualdade nas periferias.

A partir de uma dimensão histórica e cultural, é possível entender que a segregação urbana e racial na cidade de São Paulo carrega relação direta com o papel social ocupado ao longo da história. A obra “Nem para todos é a cidade”, de Maria Nilza Silva (2006), explica como o território que ocupa majoritariamente a população negra na capital paulista tem profundas relações com o papel social ocupado ao longo da história na sociedade paulistana.

Na cidade de São Paulo, durante a escravidão, o negro morava próximo aos senhores, para servi-los. Com a abolição e as transformações urbanas da cidade, os negros tornaram-se indesejados e, aos poucos, foram sendo expulsos da região central da cidade, que passa a ser ocupada pelos detentores de poder econômico, social e cultural”. [...] Territórios de um povo desterritorializado, inicialmente por causa da imigração forçada pelo processo de escravidão e, posteriormente, pela expulsão dos lugares considerados territórios exclusivos da elite paulistana (SILVA, 2016, p.18).

Compreender o que é a periferia e quais são os elementos e conflitos históricos e culturais que configuram a realidade dos sujeitos nesses espaços servem aos nossos interesses no sentido de tentar responder um dos dilemas centrais desta pesquisa: para construir uma representação próxima da identidade dos moradores da periferia é preciso antes de tudo compreender os conflitos históricos e culturais que os atravessam?

Como Santos (2002) nos conduz a refletir, a relação entre sujeito e território não é esvaída de sentidos, tão pouco se limita à relação de localidade. Dialogar sobre os conflitos enfrentados pela população que vive nas periferias, é entender antes de tudo a dimensão histórica dos elementos que configuram a realidade dos sujeitos.

O entendimento de território a partir de uma dimensão estrutural é o que caracteriza o “sentido de ser” do jornalismo periférico. Podemos considerar, portanto, que a matéria analisada neste capítulo está em consonância com essa proposta de jornalismo. Primeiro, porque a “Agência Mural” traz nitidamente o debate para o contexto da periferia, ao traçar explicações ‘de como’ um processo seletivo apenas com negros impacta diretamente na realidade dos sujeitos nesses territórios. A produção também evoca o tempo todo a noção de “periferias” pela própria contextualização da dificuldade de acesso dos sujeitos — elementos que encontram respaldo nos apontamentos da pesquisa de campo da Mara Rovida (2020).

Como a autora dialoga em sua pesquisa, esse tipo de produção jornalística é elaborada a partir de perspectivas específicas, em relação ao lugar de pertencimento dos sujeitos representados nas histórias e dos sujeitos produtores da notícia. Na matéria analisada, é pelo reconhecimento da própria identidade que o jornalista constrói sentidos sobre a realidade vivenciada por parte dos moradores das periferias. Principalmente ao evidenciar que a relação que as periferias estabelecem com a cidade — sobretudo os espaços que os sujeitos ocupam — não tem explicação em um limite geográfico (em um entendimento simplista do termo).

Nos arriscamos dizer que essa produção parece debater sobre a estrutura social “vista” da periferia, uma dimensão que vem a partir da perspectiva de ser um sujeito que vivencia os resultados dos conflitos que marcam essa realidade. Talvez, uma dimensão profunda e significativa que não poderia ser compreendida se olhada sob interesses do “centro”. Nos resta

questionar se uma produção jornalística em circuito *mainstream* compreenderia que uma vaga que restringe os candidatos fazendo jus às horas gastas em transporte público, é antes de tudo uma estratégia de exclusão de determinados sujeitos.

Quando analisamos a matéria da “Agência Mural”, compreendemos que a proposta consegue dialogar com as dimensões de temporalidade dos elementos que decorrem da problemática do racismo. Estando assim em conformidade com o que a própria Luiza Trajano coloca – ao dialogar alicerçada na dimensão histórica dos conflitos. No posicionamento da empresária há um reconhecimento de si enquanto “parte” da estrutura que mantém a lógica de discriminação racial. O processo de reconhecimento como ‘sujeito histórico’ também incide no posicionamento do jornalista no decorrer da matéria. Há um sentido sendo construído que decorre do reconhecimento do jornalista, enquanto negro e morador da periferia, sobre os conflitos históricos que atravessam a própria identidade. Por esse posicionamento conseguimos analisar que há o tempo todo um debate com a dimensão histórica dos conflitos, que são essencialmente identitários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os muitos questionamentos que conduziram esta empreitada investigativa, o sentido principal era um: o que essa proposta de jornalismo periférico tem para nos contar sobre os moradores das periferias? Acreditamos, desde a partida deste estudo, que uma representação só atinge seu potencial se percorre um caminho centrado na valorização dos sujeitos, no reconhecimento legítimo de suas identidades e das complexidades que, inevitavelmente, as constituem. Os levantamentos desta pesquisa e o decorrer das análises, não só validam essa perspectiva, como mostram que o reconhecimento do “agora” como emblemas do presente, passado e futuro conduzem à própria essência de um jornalismo comprometido com as periferias.

A matéria “Peça Debate Violência nas Periferias” já se revelava uma incógnita de início. A “Agência Mural” se posiciona na própria linha editorial como um veículo que não aborda questões relacionadas à ‘violência’. Justamente por esse ser um dos temas que mais reverberam estigmas sociais sobre as periferias nas mídias tradicionais. No primeiro momento, questionamos se “violência” teria um lugar secundário, uma vez que a manifestação teatral poderia ser o enfoque principal. Compreendemos, entretanto, que o posicionamento do jornalismo revela uma intencionalidade: ao direcionar uma discussão sobre “violência”, o intuito era tratar sobre um ‘outro lado da moeda’. Expor como a opressão do Estado nas periferias não se trata de uma resposta a possíveis ações dos moradores. Com explicações mais profundas, a repressão faz parte de uma lógica de opressão estrutural, para além do indivíduo.

Entretanto, mesmo que a peça teatral esteja imersa em discussões potentes sobre o passado, presente e futuro dos sujeitos alvos da repressão do Estado — que vão de encontro com a perspectiva da “Mural”, analisamos que o jornalismo periférico, nesta produção de sentido, se posiciona na superficialidade arriscada ao não trazer os “sujeitos” para o debate. A ausência da centralidade dos conflitos raciais e de gênero, ao discutir sobre a guerra enunciada que configura a repressão policial nas regiões extremas da cidade, conduz o jornalismo a assumir uma discussão vazia das noções de historicidade.

A “história” é contemplada pelo jornalismo, mas assume um sentido de “acontecimento”, com “resquícios” no presente. Mesmo se tratando de uma problemática estrutural, a vivência dos moradores das periferias é dissociada das relações de passado, presente e futuro. Assim, um dos maiores conflitos identitários que aflige historicamente a população jovem, preta e periférica é retratado como um problema que acomete ‘o território’

— em sua dimensão conceitual mais literal e simplista. Nota-se como a ausência do reconhecimento da complexidade das divisões sociais e políticas de identidade é influente na própria compreensão do sentido sobre “periferias”. Sem os sujeitos, o território é um espaço onde a lógica da opressão exerce um poder. Em contraponto, se trazemos quem são esses sujeitos para o debate, os próprios extremos da cidade passam a ser o motivo de existir a lógica de opressão e poder.

Tal qual é uma tendência de um veículo *mainstream*, os ‘acontecimentos’ conflituosos no território é o que parece dar sentido aos sujeitos. A ‘violência física e psicológica’, assim como ‘abuso de poder da justiça’ — por ser um problema das periferias — acometem igualmente a todas as pessoas que vivem nesses ambientes. A representação, neste contexto, reduz os sujeitos à natureza do território. No qual, os únicos elementos que dizem sobre as identidades dos moradores das periferias são esses próprios conflitos.

Na segunda matéria analisada, em contrapartida, o jornalismo busca um debate que se apresenta na esfera social como essencialmente ‘racial’ e traz para o contexto das periferias. Entendemos que o debate identitário ocupa o centro da discussão. No sentido preferencial da matéria, as realidades desiguais das periferias em relação ao centro estruturado, escondem uma relação profunda com o racismo estrutural. Nos revela uma dimensão indissociável de passado, presente e futuro. A análise do texto permite entender que o território assume uma posição estratégica, onde a distância geográfica impõe a distância social e o segregamento, sobretudo, da população negra — que por uma relação histórica e cultural — são majorias nos extremos das cidades.

A representação dos moradores das periferias é construída pelo reconhecimento do próprio jornalista enquanto sujeito histórico. Pelo qual os problemas que atravessam sua existência no mundo hoje, não estão em relação direta com ‘ação e consequência’. Não são decisões individuais que definem sua relação com a cidade. Nem mesmo um limite dado à distância meramente “geográfica”. Os papéis sociais que os moradores das periferias representados no texto assumem, contemplam conflitos que antecedem a própria existência.

Ao finalizar as análises, no limitado âmbito desta pesquisa, as produções que seguem caminhos quase que divergentes parecem nos conduzir a um lugar de insuficiência, para poder concluir se, de fato, em toda a sua completude a “Mural” faz ou não jornalismo periférico na Folha de S.Paulo. Ao longo da pesquisa aprendemos a reconhecer nessa disparidade um possível caminho para as nossas principais questões.

No contexto da primeira análise, ao ancorar em falas dos entrevistados, sem elevá-las a uma relação histórica e social com a identidade dos sujeitos, a primeira matéria deixa de cumprir

com o que consideramos ser o diferencial e o compromisso de uma abordagem em arranjo ‘periférico’: atuar como espaço de reflexão, que permite aos sujeitos reconhecerem nas situações do cotidiano problemas estruturais — tal qual a peça teatral se propôs. Nesse contexto, entendemos que o jornalismo cumpre com seu compromisso de informar, ao expor e apresentar o debate proposto pela peça. Mas não podemos por assim dizer, que ele exerce o papel de jornalismo periférico.

Assumindo uma posição diferente, a segunda matéria eleva o nível de discussão apresentado pelo próprio contexto do “Processo de *Trainee* para negros”. Os debates contrários à ação afirmativa, pouco parecem importar ao jornalista. Percebemos que há um interesse em dimensionar o racismo estrutural e como ele se materializa no cotidiano de um jovem, preto, pobre e periférico. Podemos dizer que o jornalismo consegue problematizar as relações das periferias com a cidade, ao apontar que a falta de negros nos espaços de poder é sobretudo um problema que aflige as periferias. Essa relação é construída na medida em que o território ganha sentido pelo reconhecimento ‘de quem’ são os sujeitos que vivem nesses extremos das cidades e quais são os conflitos identitários que permeiam suas existências. Para além de informar, podemos inferir que o jornalismo apresenta elementos que dialogam com a proposta de jornalismo periférico.

Ao longo do processo de pesquisa, percebemos que a forma como o jornalismo se posiciona — ao trazer os sujeitos para o debate ou não — diz sobre a própria possibilidade de conseguir trabalhar as dimensões de um arranjo periférico. O “periférico” serve como adjetivo da prática jornalística quando a dimensão do que está sendo discutido compreende que os territórios são essencialmente “espaços ocupados”. Reconhecimento esse, que por sua vez, infere a centralidade dos sujeitos em toda a sua dimensão histórica.

Comprendemos no decorrer das análises que a “Agência Mural” exerce os fundamentos de jornalismo periférico quando reconhece os impactos das questões de raça, gênero, classe e outras divisões sociais — para além da posição de classe — como atravessamentos identitários que constituem as desigualdades sociais e vulnerabilidades presentes nas periferias.

Superada essa questão, outro questionamento central que percorre o interesse deste estudo diz respeito à relação com a Folha de S.Paulo. Uma vez considerada como jornalismo periférico, a “Mural” adequa sua produção e seus interesses ao vincular suas produções em um veículo *mainstream*? Para chegarmos à resposta, buscamos compreender os sentidos preferenciais em cada uma das matérias.

Notamos que ambas as matérias apresentam um sentido preferencial comum: o leitor é levado a entender como um problema estrutural se manifesta nas situações vivenciadas pelos moradores da periferia. O sentido parte de uma problemática estrutural, para então, dizer sobre a materialidade desse conflito ‘macro’ na realidade das periferias. Mesmo se tratando de um nível de contextualização mais superficial, como no caso da primeira matéria, o jornalismo ainda assim denuncia como a opressão do Estado, algo estrutural, é vivenciada na vida de um jovem nas periferias. Na segunda análise notamos que esse posicionamento está mais presente. Até mesmo pela relação que o jornalista faz da própria história em confronto com a realidade dos dados que revelam a segregação. É como se o leitor fosse tirado da ‘frieza’ dos números — de conceitos vazios, para encarar a realidade tal qual ela se apresenta na relação das periferias com a cidade. Importante notar como a complexidade de cada periferia da Região Metropolitana de São Paulo não é demarcada nas duas matérias analisadas.

Por esse entendimento, acreditamos que o jornalismo da “Mural” leva em conta a mídia na qual as publicações estão veiculadas. No âmbito da pesquisa, há um sentido que revela muito mais uma intenção da “Mural” de usar a comunicação para amplificação dos assuntos das periferia, do que, propriamente um jornalismo preocupado em cobrir o cotidiano e a especificidade de cada uma das periferias. Pelos sentidos preferenciais notados, compreendemos que, de fato, o intuito da “Mural” é pautar a Folha de S.Paulo como “correspondentes”. O que não podemos inferir é que esse posicionamento descaracteriza uma proposta em arranjos periféricos.

As duas matérias analisadas, que compreende o período entre 2012 e 2020, evidenciam um processo de mudança do papel da “Mural” dentro da Folha de S.Paulo. De acordo com a Agência Mural de Jornalismo das Periferias (2021), durante quase dez anos, os correspondentes comunitários das periferias da Grande São Paulo buscaram retratar o cotidiano de suas regiões, por meio do jornalismo. Contudo, em março de 2020, o blog passou a ser uma coluna de opinião, com a ideia de conversar mais com quem os lê, ouve ou os assiste à Folha (MURAL, 2021). Tanto que o blog se posiciona, atualmente, como “Os bastidores do jornalismo nas periferias de SP”. Como analisamos, esse posicionamento fica mais evidente na segunda matéria – referente a setembro de 2020. Pela qual nota-se uma intenção maior do jornalista, ao colocar a sua história e articular o seu posicionamento, em retratar como uma questão social incide sobre a realidade da periferia para os leitores da Folha de S.Paulo.

Durante toda esta pesquisa, o jornalismo periférico, como objeto central de investigação, sempre foi uma interrogação. Nunca uma certeza. O caminho possível, entretanto, para compreender a profundidade e a dimensão que os sentidos analisados nesta pesquisa nos

revelam, passa pelo entendimento do jornalismo periférico a partir da sua incidência política. Tal qual se fez um caminho fundamental durante todo o processo de análise, a reflexão histórica dos dilemas que configuram o jornalismo periférico, também precede o processo de compreensão da sua produção de sentidos.

A maior parte dos jornalistas da Agência Mural são moradores das regiões periféricas da Região Metropolitana de São Paulo, tanto que são tratados como “correspondentes”. Assim como grande parte da equipe é formada por jovens jornalistas, comunicadores ou profissionais de outras áreas do conhecimento. E é exatamente esse contexto que parece nos apontar para os dilemas dessa iniciativa. Esses profissionais, embora boa parte graduados e aptos ao exercício da profissão, também enfrentam a segregação que os territórios impõem. Se os grandes veículos de comunicação estão no centro, a distância também vai impedir os jornalistas que vivem nas periferias de acessarem esses lugares. Entendemos que em um primeiro momento, a própria estrutura que segrega, impõe em certa medida a necessidade de criar modelos possíveis de comunicação.

Um outro dilema, que talvez seja o mais influente na construção da “Mural”, é o acesso que esses sujeitos tiveram à formação. Considerando que o ensino superior e a educação formal sempre foram espaços historicamente negligenciados à população preta, pobre e periférica, o acesso desses sujeitos é um marco histórico. Como a própria Roviada (2020), conclui durante a sua pesquisa, o jornalismo periférico também é resultado de ações afirmativas recentes, que aumentaram exponencialmente o acesso da população periférica ao ensino superior. Essa iniciativa é resultado de uma recente conquista social.

Como um processo bem-quisto por essas políticas públicas, o acesso a esses espaços é uma alavanca para que a população preta, pobre e periférica comece a ocupar espaços de poder e decisão na sociedade assumindo papéis de influência social e criando iniciativas e narrativas que subvertem a lógica hegemônica. Essa contextualização e reflexão é fundamental para compreendermos, portanto, a proposta de jornalismo periférico em sua incidência política.

É preciso olhar para essa iniciativa pela intencionalidade dos jornalistas e comunicadores de socializarem os conhecimentos. Não à toa, seu maior objetivo é o direito social à informação. Essa intencionalidade, como refletimos, só assume sua efetividade quando o sentido da produção conduz o leitor à compreensão estrutural dos conflitos que configuram a realidade das periferias. Que por sua vez, só é possível quando coloca o sujeito no centro. A iniciativa assume a sua incidência política quando além de informar, se ancora naquilo que carregam de mais potente: as histórias de vida.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA MURAL DE JORNALISMO DAS PERIFÉRIAS. **Blog Mural**. 2021. Disponível em: <https://www.agenciamural.org.br/projetos/blogmural/>. Acesso em: 09 out. 2021.

ALENCAR, Vagner de. Livro “Cidade do Paraíso” mostra que a favela não é impenetrável. [Entrevista concedida a] **Agência Mural**, São Paulo. 13 set. 2013. Disponível em: <https://mural.blogfolha.uol.com.br/2013/09/13/livro-cidade-do-paraíso-mostra-que-a-favela-nao-e-impenetravel/>. Acesso em: 10 out. 2021.

ALENCAR, Vagner de. Processos seletivos apenas com negros podem ajudar a reverter desigualdade. **Mural. Folha de São Paulo**. 24 set. 2020. Disponível em: <https://mural.blogfolha.uol.com.br/2020/09/24/processos-seletivos-apenas-com-negros-podem-ajudar-a-reverter-desigualdade/>. Acesso em: 09 out. 2021.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2018.

ANDRADE, Clara de. TORQUEMADA DE AUGUSTO BOAL: UMA CATARSE DO TRAUMA. **Revista Cena**, [s. l.], v. 1, n. 11, p. 1-11, nov. 2012. Disponível em: [file:///C:/Users/Leo/Downloads/24098-136809-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Leo/Downloads/24098-136809-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 09 out. 2021.

BELAZI, Bruna; ALENCAR, Vagner de. **Cidade do Paraíso - Há vida na maior favela de São Paulo**. São Paulo: Primavera Editorial, 2013.

BELMONT, Mariana. O jornalismo periférico escreve a história. **Ecoa. Uol**. 01 abr.2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/mariana-belmont/2021/04/01/o-jornalismo-periferico-escreve-a-historia.htm>. Acesso em: 09 out. 2021.

CANDA, Cilene Nascimento. “**TODO MUNDO PODE FAZER TEATRO**”: o teatro do oprimido e a formação político-estética de trabalhadores da indústria. 2013. 290 f. Tese (Doutorado) - Curso de Artes Cênicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/27317/1/Tese%20final%20CILENE%20NASCIMENTO%20CANDA.pdf>. Acesso em: 13 out. 2021.

CARVANO, L *et al* ; Igualdade Racial em São Paulo: Avanços e Desafios. In: São Paulo Diverso -Fórum de Desenvolvimento Econômico Inclusivo. São Paulo: **Banco Interamericano de Desenvolvimento e Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial de São Paulo**. 2017. Disponível em: https://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/2017_sp_diverso_igualdade_racial_em_sao_paulo.pdf. Acesso em: 09 out. 2021.

COIRO MORAES, Ana Luiza. A Análise Cultural. **Questões transversais - Revista de Epistemologias da comunicação**. São Leopoldo, v. 4, n. 7, p. 28-36, jan/ jun.2016. Disponível

em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/12490>. Acesso em: 23 out. 2021.

CRUZ, Ana Vladia Holanda *et al.* A Ditadura que se Perpetua: direitos humanos e a militarizaao da questão social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 37, ediao especial, p. 239-252, 2017. FapUNIFESP (SciELO). DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703180002017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/VV6DvqFf4XtkDvH86BcXvVN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 out.2021.

EMICIDA. **Trepadeira**. São Paulo: Laboratório Fantasma: 2013. Disponível em: <https://soundcloud.com/nelson-neto/emicida-trepadeira-feat-wilson>. Acesso em: 10 out. 2021.

FIUZA, Sandra. **Práticas de tortura narradas em Torquemada (1971), de Augusto Boal**. Orientadora: Rosangela Patriota Ramos. 2005. 146 f. Dissertaao (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16406>. Acesso em: 10 out. 2021.

GUIMARÃES, Juca. Mapa da Desigualdade 2020 também indica que casos de discriminaao racial são mais comuns em bairros centrais e ricos. Cotidiano. **Alma Preta: Jornalismo Livre e Preto**. 29 out. 2020. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/bairros-de-maioria-negra-sao-onde-as-pessoas-morrem-mais-cedo-em-sao-paulo>. Acesso em: 09 out. 2021.

HALL, Stuart. **Cultura e Representaao**. Rio de Janeiro: Puc - Rio Apicuri, 2016. 260 p.

LEGADO, O Programa de Trainee Magalu exclusivo para negros (pretos e pardos). São Paulo: **Canal da Lu - Magalu**, 21 set. 2021. P&B. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_Z0ovbveEkI. Acesso em: 10 out. 2021.

MAINSTREAM. *In*: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/mainstream/>. Acesso em: 09/10/2021.

MAPA DA Desigualdade 2020 revela diferenças entre os distritos da capital paulista. **Rede Nossa São Paulo**. São Paulo. 29 out. 2020. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/2020/10/29/mapa-da-desigualdade-2020-revela-diferencas-entre-os-distritos-da-capital-paulista/>. Acesso em: 09 out. 2021.

NO BRASIL, o racismo é "coisa rara"? Ethos Direitos Humanos. **Instituto Ethos**. 13 mai. 2019. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/cedoc/no-brasil-o-racismo-e-coisa-rara/>. Acesso em: 09 out. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Quem Tem Medo do Feminismo Negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/4069/material/Quem%20Tem%20Medo%20do%20Feminismo%20Negro%20-%20Djamila%20Ribeiro.pdf>. Acesso em: 20 out.2021.

RIBEIRO, Tatiane. Peça debate violência nas periferias. Mural. **Folha de São Paulo**. 23 mar. 2012. Disponível em: <https://mural.blogfolha.uol.com.br/2012/03/23/peca-debate-violencia->

nas-periferias/. Acesso em: 09 out. 2021.

RODA VIVA. Luiza Trajano sobre programa de *trainee* para negros: "Temos que entender o que é racismo estrutural". São Paulo: **Roda Viva**, 2020. P&B. 1 vídeo (5 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=StMxG1OTL8&t=96s&ab_channel=RodaViva. Acesso em: 09 out. 2021.

ROVIDA, Mara. Jornalismo das periferias: Uma pesquisa de campo na Região Metropolitana de São Paulo. **Revista FAMECOS**, v. 27, n. 37004, p.1-11, jan-dez 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/37004/26474>. Acesso em: 10 set.2021.

ROVIDA, Mara. **Jornalismo das periferias: o diálogo social solidário nas bordas urbanas**. Curitiba: Crv, 2020.

ROWBOTHAM, Sheila. **Hidden from History: 300 years of women's oppression and the fight against it**. Londres: Pluto, 1973.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 2002.

SILVA, Maria Nilza. **Nem Para Todos é a Cidade: segregação urbana e racial em são paulo**. 1ªed. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2006. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/Maria%20Nilza%20da%20Silva%20-%20Adobe%20PDF.2015.pdf>. Acesso em: 09 set. 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais/ Tomaz Tadeu da Silva (Org)**. Stuart Hall, Kathryn Woodward. 15. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SLAM RESISTÊNCIA + SLAM GRITO FILMES "WJ". Realização de Fernando Salinas. Rio de Janeiro: **Grito Filmes**, 2017. Color. 1 vídeo (3:46 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=68yppmqZVE&ab_channel=GritoFilmes. Acesso em: 18 set. 2017.

TORQUEMADA -- 17 balas. São Paulo: **Blog da Justiça**, 2012. Color. 1 vídeo (2:11 min) Disponível em:LEGA https://www.youtube.com/watch?v=oQQ1EAPTEWI&ab_channel=BlogdaJustica. Acesso em: 09 out. 2021.

TRAJANO, Frederico. **Por que criamos um programa de liderança só para negros**. 2020. Disponível em: <https://braziljournal.com/por-que-criamos-um-programa-de-lideranca-so-para-negros>. Acesso em: 12 set. 2021.

UOL. **Deputado diz que acionou MP contra o Magazine Luiza por "racismo"**. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/09/19/deputado-diz-que-acionou-mp-contra-o-magazine-luiza-por-racismo.htm>. Acesso em: 10 set. 2021.

WILLIAMS, Raymond. Meios de comunicação como meios de produção. In: WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Unesp, p. 69-86, 2011.